

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 29 DE SETEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.090

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Renato Hinnig
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.aleesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2090
1ª EDIÇÃO - 06 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 082ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 22/09/2009.... 2

Atos da Mesa

Atos da Mesa 19
Ata da Mesa DI..... 19

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria..... 19
Atas das Comissões
Permanentes 20
Aviso de Licitação..... 20
Aviso de Resultado..... 20
Extratos 20
Ofícios 21
Portarias 21
Projetos de Lei..... 22
Projeto de Lei Complementar
..... 23
Projeto de Resolução 24

PLENÁRIO

ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Refere-se a projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre o uso de duas vagas por um mesmo aluno em universidades públicas; comenta a Marcha para Jesus.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Parabeniza o *Jornal de Santa Catarina* pelo transcurso dos 38 anos de funcionamento; Defende a causa

proposta pelo Dia Mundial sem Carro; elogia prefeito de Blumenau pela adoção de sistema de locação de bicicletas.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Cumprimenta o *Jornal de Santa Catarina* pelo relevante trabalho comunitário no vale do Itajaí.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Parabeniza a iniciativa de Blumenau, cujo modelo conhece de Paris.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Lembra que a Aleesc já tem resolução a respeito do uso da bicicleta.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Recorda que foi o prefeito Décio Góes quem construiu 50km de ciclovias em Blumenau.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Expõe projeto de criação de polo regional para implementação de cooperativa para industrializar adubo orgânico; cumprimenta a Defesa Civil do estado pelo excelente atendimento às vítimas do tornado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a morte do cabo Coelho baleado em serviço.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Solicita que seja feito um minuto de silêncio em memória do cabo Coelho.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN (pela ordem) - Registra a presença de dois agentes prisionais.

Partidos Políticos

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Defende maior preparo para que o estado enfrente catástrofes naturais.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Defende a criação de um Fundo Estadual para o Atendimento às Vítimas de Catástrofes; reclama do fechamento do aeroporto de Joinville.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN (aparte) - Comunica que a senadora Ideli Salvatti apresentou projeto de criação de um fundo nacional para atendimento às catástrofes.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Condena o governo golpista de Honduras.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Sugere o envio de moção às embaixadas colocando claramente a posição do Poder Legislativo de SC contra o golpe de estado em Honduras.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e vice-prefeito de Bombinhas, do vereador do PPS de Ibituba, Roberto de Farias Pires, e do companheiro Maximiliano Bernardo Filho.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta pesar pelo falecimento de Rubens de Oliveira;

parabeniza a direção do *Jornal de Santa Catarina*; comenta a ação do prefeito de Blumenau no projeto das bicicletas; discorre sobre a 12ª edição da Marcha para Jesus, na capital.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Propõe a criação de comissão especial para estudar, acompanhar e defender interesses de SC no que envolve o petróleo e o gás natural do pré-sal.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sugere a criação de fundo de emergência para atendimento nas catástrofes; cita os investimentos através das SDRs de Concórdia e Seara.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Recorda a luta de SC pelos *royalties* do petróleo desde 1991.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Afirma que a criação da secretaria estadual da Defesa Civil é imprescindível.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN (pela ordem) - Registra a presença do suplente de vereador do PT de São José, Leo Jean da Silva.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Defende os interesses catarinenses quanto aos *royalties* do petróleo do pré-sal.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Apoiar a posição do deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Defende a distribuição equânime entre os estados brasileiros dos recursos advindo da exploração do petróleo do pré-sal.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Santo Amaro da Imperatriz.

Ordem do Dia

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Pede a apreciação do PL n. 0314/2009, de sua autoria, que institui o Dia de Combate ao Crack em SC.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Concorde com a solicitação de deputado Jean Kuhlmann e pede a apreciação de todas as matérias constantes da pauta.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença do vice-presidente da Câmara de Vereadores de São João do Itaperiú.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Concorde com a solicitação de deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discute o PL 0018/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui o Programa Estadual de Eliminação da Produção e Consumo de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Pede esclarecimentos acerca do PL 0080/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Esclarece detalhe acerca do PL 0080/2008, de sua autoria.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a visita de personalidades de Santo Amaro da Imperatriz.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do vice-prefeito de Arabutã.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Pede esclarecimentos sobre o PL 0284/2009, que institui o Dia Estadual da Associação Brasil SGI.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Esclarece as dúvidas do deputado Silvío Dreveck.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solidariza-se com a deputada Ada De Luca em função do PL 0629/2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas instalarem filtros de conteúdo pornográfico em seus equipamentos de informática.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Parabeniza a deputada Ada De Luca por haver apresentado o PL 0629/2007.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Kennedy Nunes pela apresentação do PL 0041/2008, que institui no calendário oficial de Santa Catarina o Dia Estadual da Cultura Evangélica.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Discute o PL 0041/2008, que institui no calendário oficial de Santa Catarina o Dia Estadual da Cultura Evangélica.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Parabeniza o deputado Kennedy Nunes pela iniciativa do PL 0041/2008.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Discute o PL 0041/2008, que institui o Dia Estadual da Cultura Evangélica.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Esclarece detalhes do PL 0041/2008.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do empresário Vilmar Fagundes e do vereador Arlindo Cruz, de Rio Negrinho.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Pede verificação de quórum.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Afirma que a Oposição precisa posicionar-se melhor na Ordem do Dia.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra que a bancada de Blumenau está presente.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Coloca que o governo do estado está ganhando tempo para produzir documentos de resposta aos pedidos de informação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Pede alteração da redação da Moção 0199/2009, da bancada do PT.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Retira a Moção 0199/2009 da pauta da Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Homenageia o município de São Bento do Sul nos seus 136 anos de fundação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda a Política Nacional da Juventude; cumprimenta o *Jornal de Santa Catarina* na passagem dos seus 38 anos de fundação.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Analisa o modelo implantado pelo Fórum dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral; refere-se a sua visita a Imituba.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Justifica sua ausência da sessão ordinária do dia 23 do corrente.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Apresenta o *Almanaque da Biodiversidade* e o programa ACORDE Plantas Nativas, da secretaria do Planejamento do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita, televisada, hoje pela manhã eu estava acompanhando o trabalho da comissão de Constituição e Justiça e fiquei observando um projeto de minha autoria sobre as duas vagas que um aluno ocupa nas universidades públicas. E v.exa., sr. presidente, aproximadamente há 15 dias, recebi uma delegação de alunos universitários; portanto, deve lembrar o que esta deputada falou. Na oportunidade, v.exa. foi muito cortês, gentil, em atender aqueles alunos que vieram reivindicar essa ocupação de duas vagas na universidade pública. E v.exa. nem sabia que esta deputada tinha um projeto que estava tramitando na comissão de Constituição e Justiça. Mas v.exa. recebeu os alunos, não foi, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Recebi o vereador Dão Koeddermann, do município de Balneário Camboriú, e mais uma equipe de alunos do Centro Acadêmico da Udesc.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito bem, sr. presidente! Eu soube que v.exa. até se comprometeu em ajudar aqueles alunos. É seu papel como presidente, como parlamentar, sr. presidente!

Então, quero dizer a v.exas. que os meus projetos são elaborados de acordo com a demanda da população. Como professora, e temos aqui também o deputado Professor Grando e o deputado Joares Ponticelli, quero dizer que o Projeto n. 0123/2008 proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior mantidas pelo estado de Santa Catarina. Esse projeto tramitou, e o relator foi o deputado Jean Kuhlmann. O deputado Pedro Uczai, professor também, pediu vista ao projeto para salvá-lo. Ele, como professor, sabe que um aluno não pode ocupar duas cadeiras. Eu, como parlamentar, não posso sentar em duas cadeiras, de maneira alguma. O projeto baixou em diligência para que o relator pudesse pronunciar-se. Eu estava acompanhando e não pude sair do local onde estava para pedir a palavra ao deputado Romildo Titon, presidente da comissão, para me pronunciar a respeito.

Observei a diligência respondida pela pró-reitora de ensino, Sandra Makowieki, que disse que o projeto é inconstitucional e que não existe nenhum caso nesse sentido. Ou seja, a pró-reitora está chamando esta deputada de mentirosa. E eu a desafio, porque não somos criança e não estamos aqui por acaso. Inclusive, farei uma visita a ela, porque existem casos de alunos ocupando duas vagas. E se não fosse verdade, eles não visitariam o presidente da Casa.

Eu sei que o relator se baseou no parecer da pró-reitora. Os colegas deputados sabem que existem casos de alunos que estão cursando a universidade e trancam o curso, impedindo que outro aluno ocupe aquela vaga.

Então, quero dizer a v.exas. que não vou sossegar enquanto não resolver esse problema. Através da minha comissão de Legislação Participativa, estarei realizando uma audiência pública - gostaria de ter participado

da reunião da comissão, mas não pude comparecer - e traremos os alunos que estão sendo prejudicados, porque não podemos mais compactuar com mentiras. Nós somos responsáveis.

O deputado Jean Kuhlmann elaborou o relatório, creio eu, baseado na diligência respondida pela professora que estava substituindo o reitor. Portanto, ainda voltaremos a esse tema. Vamos esmiuçá-lo e trazer à baila a verdade, porque ela sempre prevalece.

Quero agradecer ao deputado Sargento Amauri Soares, que votou contra a relatoria, contra o relator. Quero agradecer também ao brilhante deputado Pedro Uczai, que pediu vistas ao projeto desta deputada para salvá-lo. E tenho certeza, deputado, de que v.exa. também já foi procurado por alunos que querem sentar em duas cadeiras ao mesmo tempo.

Mas gostaria de abordar um acontecimento muito feliz ocorrido no último sábado, a Marcha para Jesus.

Os deputados Ismael dos Santos, Narcizo Parisotto, Jean Kuhlmann e Ismael dos Santos estiveram conosco. Vejam nesta foto que povo maravilhoso, todos buscando Deus, louvando, cantando. Nesta outra foto podemos ver esta deputada feliz e contente. Também tivemos a participação das crianças.

Essa lei estadual é de minha autoria, e também existe, hoje, uma lei nacional, aprovada através do senador Marcelo Crivella, que é do meu partido, o PRB, no Senado.

A deputada Ada De Luca também estava lá na marcha, assim como o governador Luiz Henrique da Silveira, o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, todo o pessoal do meu gabinete. Enfim, toda a população participou. Portanto, foi um evento maravilhoso para glorificarmos o nome do nosso Senhor Jesus.

Muito obrigada e até a próxima oportunidade!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de cumprimentar o público que nos acompanha, neste momento, pela TVAL e pela Rádio Aleisc Digital, e também o público presente neste plenário.

Inicialmente, sr. presidente, quero cumprimentar um veículo de comunicação que vem marcando história e a trajetória da comunidade do vale de Itajaí; um veículo de comunicação que, acima de tudo, é referência, é exemplo, é pauta para a comunidade de Itajaí e para todos nós, quando levantamos uma bandeira. E, normalmente, quando esse veículo acompanha essa bandeira, ela tem êxito e sucesso, porque normalmente é algo de cunho popular, é algo de cunho social, é algo que é extremamente importante não apenas para o município de Blumenau, mas para todo o vale de Itajaí.

Eu me refiro, neste momento, ao *Jornal de Santa Catarina*, que hoje completa 38 anos, deputado Ismael dos Santos, de atuação. Esse periódico foi fundado em 22 de setembro de 1971, e tem estado ao lado da população catarinense nas lutas mais importantes, como na questão BR-470, como

na questão da federalização da Furb, nas barragens do alto vale. Enfim, na luta em prol dos municípios do vale de Itajaí.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, de fato queremos estar com v.exa. nesses votos de congratulações para o *Jornal de Santa Catarina*. São 38 anos de uma bellissima caminhada e nós, que somos de Blumenau, temos orgulho desse jornal não só pela sua isenção jornalística, mas, sobretudo, pelo seu envolvimento comunitário em temas como esse citado por v.exa.

Parabéns a toda a família do *Jornal de Santa Catarina*!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Com certeza, deputado Ismael dos Santos, ele merece os nossos parabéns pela sua luta, pela sua trajetória e por todas aquelas conquistas que o *Jornal de Santa Catarina* vem tendo. E ele não é patrimônio, talvez, de um grupo privado. Eu acredito que o jornal é um patrimônio da sociedade do vale de Itajaí e da sociedade catarinense, de forma muito especial, porque ele levanta muitas bandeiras que cresceram em alguns municípios do vale do Itajaí, mas que se expandiram para todo o estado e viraram até bandeiras nacionais.

Quero também, nesta tarde, fazer uma referência muito especial. Todos sabemos, e está sendo divulgado por todo o estado, no país e no mundo, que hoje, 22 de setembro, é o Dia Mundial sem Carro, um dia que deve servir para fazermos uma reflexão do quanto os veículos são poluentes, do quanto é importante, e não só para a questão ambiental, mas também para a própria saúde do ser humano, às vezes deixarmos os carros de lado e locomover-nos a pé, de bicicleta, e usarmos, deputado Pedro Uczai, até o transporte coletivo e outros transportes alternativos. Um dia sem carro é, sem dúvida, não apenas um dia de comemoração, mas é um dia de reflexão.

E é justamente baseado nesse dia, baseado nessa condição do dia sem carro, que quero ocupar esta tribuna para parabenizar a iniciativa do prefeito João Paulo Kleinübing. Ele deu exemplo ao inaugurar, em Blumenau, um sistema de locação de bicicletas, copiando um modelo trazido da Europa. Lá é costumeiro, deputado Ismael dos Santos, quando a pessoa sai do metrô, pegar uma bicicleta para ir até outro ponto da cidade. Depois a pessoa deixa a bicicleta lá e pega outro metrô para ir até o seu trabalho, a sua residência. Enfim, isso é algo corriqueiro lá e nós temos que valorizar.

Por isso estou utilizando a tribuna, nesta tarde, para parabenizar o empreendedorismo, a visão, a iniciativa do prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing, pois lá, srs. parlamentares, o cidadão pode pegar uma bicicleta, utilizá-la como meio de transporte, colocá-la novamente no local onde ele a pegou e voltar para casa de ônibus, de carro, enfim, com o mesmo meio de transporte que o fez chegar até o local onde estava a bicicleta. Mas ele pode acessar a bicicleta para ir ao centro da cidade fazer as coisas que precisam ser feitas, sejam compras, seja resolver os seus negócios, seja ir a uma consulta médica. E ele pode ir de bicicleta, alugando o equipamento e aproveitando para se deslocar por todo o centro da cidade.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero parabenizá-lo por esse pronunciamento falando do exemplo pioneiro de João Paulo Kleinübing em Santa Catarina. Como v.exa. falou, esse sistema é conhecido em outras partes do mundo. Eu estive em Paris e posso dizer que lá a prefeitura instalou vários bicicletários. E uma pessoa, usando a tecnologia moderna, uma simples moeda, um cartão de crédito ou o próprio telefone celular, desbloqueia o sistema e utiliza a bicicleta. Depois a deixa em qualquer lugar, porque existem referência e responsáveis. O custo é mínimo e, além disso, a saúde das pessoas melhora, pois o exercício ajuda na sua mobilidade e dá qualidade de vida.

Portanto, essa iniciativa é um orgulho para Santa Catarina e para o Brasil.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Professor Grando, essa ideia, a questão da mobilidade através da bicicleta, realmente surgiu na França, há 13 anos, e vem-se expandindo para todo o mundo. Em Blumenau não será diferente. Lá o acesso, inicialmente, vai ser feito através do cartão de crédito, a pessoa vai poder acessar pelo telefone celular. E, claro, inicialmente são 50 bicicletas à disposição para a locação e locomoção no centro da cidade, deputado Pedro Uczai, mas depois a tecnologia tem que avançar. Nós temos que fazer com que o sistema fique mais acessível ainda ao cidadão para que cada vez mais pessoas possam andar de bicicleta.

Eu quero parabenizar o prefeito João Paulo Kleinübing, porque esse é o primeiro passo, é um passo concreto, é um exemplo de que num dia desses não basta ficar no discurso; o grande desafio é fazer uma ação concreta pela conscientização do que é um deslocamento economicamente favorável ao cidadão, ecologicamente correto e sustentável para as cidades no futuro.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Jean Kuhlmann, eu quero cumprimentá-lo por trazer esse tema no dia de hoje. Eu tenho convicção sobre a importância de alternativas de transporte para a saúde, para a economia e para a mobilidade urbana, e a bicicleta é um dos instrumentos fundamentais.

Então, eu quero destacar também a importância desse tema para o futuro do planeta. Em segundo lugar, para o futuro das pessoas. Em terceiro lugar, para o futuro da própria economia.

Também queremos dizer que votamos aqui na Casa uma resolução para, inclusive, a Assembleia Legislativa dar o exemplo e instalar um bicicletário para uso dos funcionários da Casa e de outras pessoas que desejem utilizar a bicicleta.

Também temos um projeto de lei de nossa autoria tramitando na Casa que estabelece que nas SCs haja um espaço para bicicletas, para essa forma de transporte. Ahamos que nós, na Assembleia Legislativa, poderíamos dar um passo a mais e aderirmos a sua fala e ao seu depoimento favorável ao uso da bicicleta.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero agradecer a v.exa., deputado Pedro

Uczai, e parabenizá-lo pela sua visão. Eu acho importante mostrarmos que, num dia como esse, efetivamente mais do que o equipamento, no caso a bicicleta, nós temos que ter a estrutura para que o cidadão possa utilizar a bicicleta ou outro tipo de transporte alternativo.

Mas é justamente por essa visão que v.exa. coloca aqui que eu também quero agradecer a sua colocação, porque se cada um fizer um pouco e garantir a estrutura para que se possa andar de bicicleta ou, às vezes, deputado Pedro Uczai, garantir que seja construída uma pista de caminhada onde o cidadão possa caminhar e garantir a saúde... E, mais do que a questão do dia sem carro, é importante termos uma vida saudável, e essa é uma questão que também temos que analisar nesta data.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Jean Kuhlmann, parabéns pelo seu pronunciamento.

Mas temos que fazer justiça e dizer onde tudo começou. Foi na gestão do prefeito Décio Lima que foram criados mais de 50km de ciclovias na cidade de Blumenau, oportunizando-se, assim, a instalação dos bicicletários nos terminais da cidade.

Eu espero que o prefeito João Paulo Kleinübing dê continuidade a esse projeto que começou há 12 anos, com a construção das ciclovias na cidade de Blumenau. E elas precisam ser concluídas para que as pessoas possam ter um local adequado para poder trafegar. E no centro da cidade também precisam ser viabilizados esses projetos que já foram determinados há 12 anos.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero agradecer a v.exa. também, deputada Ana Paula Lima. Tenho certeza de que ele não só já deu, mas continuará dando continuidade a esse projeto.

Eu acho que temos que ser justos. Não foi apenas um prefeito que iniciou, mas todos os prefeitos, desde a época do prefeito Felix Theiss, fazendo ações que permitissem que isso, hoje, fosse viabilizado. E cito também os ex-prefeitos Dalton dos Reis e Renato Vianna, e todos aqueles que fizeram parte da história e, de alguma forma, ajudaram a fazer com que isso, hoje, acontecesse. Com certeza nenhum de nós é melhor do que todos nós juntos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero aproveitar este momento para trazer presente algumas informações que julgo extremamente importantes neste momento em que buscamos, através de diferentes ações, gerar melhores condições de vida para o nosso povo.

Nesse sentido, estando em visita ao município de Planalto Alegre, no oeste do nosso estado, o prefeito Edgar Rohrbeck me

relatava, com muito entusiasmo, um projeto que ele vem encabeçando acerca de um polo regional envolvendo os municípios circunvizinhos, no sentido de criar, através de uma cooperativa de vários agricultores e agricultoras que trabalham na avicultura, uma indústria para industrializar o adubo orgânico, mas organizada e estruturada a partir dos próprios agricultores.

É uma ideia extremamente importante, porque ela vai trabalhar à luz de toda a cadeia produtiva que envolve desde a organização dos agricultores, passando pela produção das maravilhas, industrializando o adubo, separando-o e fazendo com que parte desse adubo, que adiciona uma soma grande de ração, possa também ser transformada e ajudar na produção do pescado, do peixe.

Essa iniciativa é louvável porque, além de fazer a relação com as questões ambientais, vai ajudar também no complemento da renda dos agricultores e agricultoras que compreendem os diferentes municípios.

O prefeito está extremamente animado, buscando junto ao governo federal uma parte desse recurso, e já com sinais de comprometimento por parte do governo no sentido de viabilizar a indústria que precisa em torno de R\$ 1,5 milhão para viabilizar-se. É uma iniciativa louvável, repito, tendo em vista o incremento na renda dos nossos agricultores e agricultoras e, ao mesmo tempo também, na questão da qualidade de vida dos nossos produtores. Deve-se destacar também o cuidado e a proteção do meio ambiente, garantindo assim a qualidade de vida daquelas pessoas e também da sociedade como um todo.

Além disso, eu gostaria de fazer hoje uma menção especial, deputado Pedro Uczai. Eu comentava com v.exa., no final da semana que passou, que temos que reconhecer aqui o trabalho que o Corpo de Bombeiros fez no momento da tragédia que aconteceu em Guaraciaba e em outros municípios do estado. Temos que ressaltar aqui a importância da solidariedade, a participação, o comprometimento dos municípios de toda a região, participando, efetivamente, na retomada da reconstrução daquilo que foi destruído. E destaco o trabalho da prefeitura local, de lideranças regionais e, junto com isso tudo, da nossa Defesa Civil do município e do estado de Santa Catarina.

Quero fazer menção ao major Márcio Luiz Alves e ao major Edir que, juntamente com toda a equipe, fizeram todo o trabalho de uma forma transparente e comprometida. E destaco também a rapidez no atendimento dos vitimados.

Devo fazer esse reconhecimento do trabalho da Defesa Civil do estado de Santa Catarina, que agiu rapidamente na questão do rateio dos recursos garantidos pelo governo federal, através do ministério da Integração Nacional. Foram R\$ 26 milhões destinados ao fundo da Defesa Civil do estado de Santa Catarina. Imediatamente, com os dados levantados, a Defesa Civil fez o rateio dos recursos destinados aos municípios e prontamente os nossos prefeitos iniciaram o processo de aquisição de material para a reconstrução das residências e, ao mesmo tempo também, da reconstrução daquilo que perderam.

Estão, fiz questão de trazer isso aqui presente, até para se contrapor um pouquinho àquela imagem negativa criada no vale do

Itajaí, onde, devido também aos encaminhamentos equivocados na documentação, até hoje carece da liberação de recursos.

A Epagri de Santa Catarina inicia, nesta semana, todo um levantamento, propriedade por propriedade, possibilitando o acesso dessas famílias aos recursos do ministério do Desenvolvimento Agrário, garantidos pelo ministro, no sentido de viabilizar a todas as famílias linhas de crédito de até R\$ 100 mil, com até 2% de juros, com dez anos para pagar e com três anos de carência.

Dessa forma, acredito que as famílias que foram atingidas, que perderam tudo, em parte poderão reencontrar-se, voltar ao convívio normal, desenvolvendo suas atividades com qualidade e com condições dignas de vida.

Então, quero parabenizar aqui a ação do governo federal e, ao mesmo tempo, da Defesa Civil do estado de Santa Catarina, em conjunto com a Defesa Civil de cada município, do Corpo de Bombeiros, enfim, por tudo aquilo que positivamente vem acontecendo.

Quero destacar que felizmente na nossa região foram deixadas de lado um pouco as brigas políticas eleitorais, possibilitando caminhar para outra direção, outro norte, porque o fundamental são as pessoas que lá perderam tudo e que precisam urgentemente de ações por parte dos governos para resolverem os seus problemas, e quando entram os interesses politiqueros infelizmente as coisas não andam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O próximo orador inscrito em Breves Comunicações é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, especialmente servidores da Segurança Pública, policiais e bombeiros militares que estão-nos acompanhando, quero inicialmente agradecer a generosidade do deputado Padre Pedro Baldissera de fazer a troca de horário para que eu pudesse entrar com esse pronunciamento agora.

Infelizmente, temos que registrar, no início dos trabalhos desta semana, a morte por disparo de arma de fogo durante o horário de trabalho, enquanto desempenhava a sua missão, do cabo Paulo Roberto Coelho, cabo Coelho, no começo da tarde da última sexta-feira, dia 18 de setembro. Nós acompanhamos juntamente com todos os irmãos de farda mais essa tragédia e diante de todo o sofrimento e indignação, preparamos também um pequeno vídeo para mostrar a todos até para registrar um pouco desse drama que é ser servidor da Segurança Pública e estar cotidianamente correndo risco de vida, cotidianamente entregando a própria vida na defesa da sociedade catarinense.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Srs. deputados, é o funeral do policial militar Paulo Roberto Coelho, que apareceu na foto, para quem faltavam apenas 11 meses para se aposentar. Deixou três filhos já adultos. Portanto, já trabalhava há 29 anos na Polícia Militar.

Na última sexta-feira, o cabo Coelho estava de serviço quando ouviu pelo rádio da viatura que havia ocorrido um assalto a uma lotérica na rua São Pedro, em Barreiros. Ele e outro colega que estavam indo para Forquilha, deputado Círio Vandresen, voltaram para ajudar os companheiros na avenida das Torres, no Real Parque, e encontraram a moto com os dois assaltantes. É evidente que não podiam adivinhar quem era. Antes mesmo de conseguir fazer a abordagem, o cabo Coelho levou um tiro de pistola calibre 380, que é um calibre pesado, no abdômen. Estava de colete, desequilibrou-se e levou o segundo tiro na nuca. Ainda sobreviveu até as 20h, mas faleceu no Hospital Regional de São José.

Era um excelente policial militar, um excelente pai de família, inclusive trabalhou na radiopatrulha com o soldado Ramos, que hoje trabalha nesta Casa e que esteve no local, muito indignado e triste.

É uma realidade que se tem repetido, deputado Kennedy Nunes, de forma cada vez mais freqüente. Já é o quarto, depois do Sidnei, em Joinville, há um ano e um mês atrás. É o quarto! Só por disparo de arma de fogo. São mais de dez nos últimos cinco anos. Está-se tomando muito comum e todos os companheiros ficam muito indignados. Todos os irmãos de farda só repetem uma mesma frase: "Isso não pode tornar-se natural!"

O cabo Coelho tinha um irmão, policial militar, também chamado cabo Coelho, aposentado há um ano e meio, e ali na hora do enterro proferiu a seguinte frase: "Sofri 30 anos na Polícia Militar e nada mudou. Agora, estou há um ano e meio na reserva, e nada mudou ainda".

Então, essa é a realidade. E a nossa categoria clama e vai-se manifestar para que isso possa ser mudado no nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de propor que este Plenário faça um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao cabo Coelho.

Não é só a família, a corporação, os amigos de farda que perdem, mas todos nós, a sociedade catarinense. Então, quero propor que façamos um minuto de silêncio em homenagem a esse herói que, no exercício da sua missão, acabou perdendo a vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Antes de adentrarmos ao horário destinado aos Partidos Políticos, faremos um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao cabo Coelho da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)
Muito obrigado, srs. deputados.

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Círio Vandresen.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Gostaria de registrar a presença na Assembleia Legislativa de Sandoval Miguel dos Santos e Valter Rodrigues de Oliveira, ambos agentes prisionais do presídio de segurança

máxima de São Pedro de Alcântara, que estão aqui fazendo um visita e preocupados com a segurança de São José e da Grande Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Círio Vandresen.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores trago à tribuna, na tarde de hoje, um tema que muitas vezes é debatido e faz parte das reflexões de todos os nossos cidadãos e cidadãs, mas neste momento que estamos vivendo no estado de Santa Catarina faz-se profundamente necessário uma reflexão mais profunda no que diz respeito àquilo que no contraste com a vida está quase tornando-se rotineiro em nosso estado, que são as catástrofes.

Se prestarmos atenção, veremos por três momentos o povo de Santa Catarina ser altamente castigado e com reflexos profundos no que diz respeito ao ambiente, ao ecossistema do qual fazemos parte.

Só para trazer à memória, vivenciamos recentemente, em novembro de 2008, cheias e deslizamento que dizimaram muitas vidas no vale do Rio Itajaí. No primeiro semestre de 2009 tivemos uma estiagem fortíssima, que massacrrou em torno de 130 municípios no estado de Santa Catarina. E neste mês tivemos outro momento dramático, com a morte de algumas pessoas - e poderia ter sido muito pior -, que foram os vendavais e os diferentes tornados que assolaram várias regiões do nosso estado. Então, diante desse acúmulo de ocorrências em nosso estado precisamos aprofundar o debate em torno das questões ambientais. É preciso aprofundar o tema, é preciso detectar ações práticas e concretas para que não soframos dramaticamente as consequências devido às questões ambientais.

Srs. deputados, existem estudos científicos que dão conta de que há uma tendência de que a cada ano o número de ocorrências catastróficas em diferentes regiões do nosso estado aumente. Isso nos remete ao segundo ponto que me parece extremamente importante, que é a questão da previsão desses fenômenos. E é nesse campo que acho que temos que aparelhar e qualificar cada vez mais a sociedade como um todo, mas também, não resta dúvida nenhuma, a Defesa Civil do estado, os municípios, porque em muitas situações poderemos prevenir.

Então, é preciso que se avance na questão da qualificação das pessoas e, ao mesmo tempo, também no aparelhamento, na aquisição de instrumentos que detectem e permitam prevenir que tais catástrofes, que tendem a aumentar, causem tantos estragos.

O terceiro aspecto que julgo extremamente importante é a questão do pós-ocorrência, pois muitas vezes esbarramos na burocracia, que atrapalha a recuperação, a reconstrução, a retomada da vida normal das famílias, dos municípios e das regiões.

E cito aqui um pequeno exemplo, o dos tornados. Eu acho que temos que facilitar as coisas depois que a catástrofe acontece. Há muita madeira tombada pela força dos ventos, mas se depender da legislação que está aí, não temos dúvida nenhuma, essa madeira vai apodrecer com o passar do tempo e não teremos permissão de utilizá-la na reconstrução daquilo

que foi destruído. Isso é uma injustiça, e é preciso que se reveja e que se adotem medidas para que de fato se possa utilizar e não deixar ao relento, apodrecendo, estragando, no decorrer do tempo.

Estou citando esses exemplos para ilustrar, mas há tantas outras situações semelhantes e é preciso que possamos contar não só com a solidariedade, mas com menos burocracia, a fim de que as ações não emperrem, sejam agilizadas e as famílias e as pessoas possam voltar à sua vida normal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, colegas da imprensa, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela TVAL e que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital, eu quero continuar a discussão do deputado Padre Pedro Baldissera dizendo que não basta começarmos a nos preocupar com o meio ambiente. É óbvio que precisamos, mas esse é um assunto que não depende só de nós, pois poderemos, deputado Ismael dos Santos, sofrer com todas essas mudanças climáticas por conta da grande poluição que os Estados Unidos, por exemplo, provoca no mundo ao não querer cumprir as determinações dos países que tendem a amenizar o seu nível de poluição.

Mas esta Casa, deputado Antônio Aguiar, pode, sim, fazer alguma coisa, e eu conclamo todos os parlamentares deste Poder, deputado Círio Vandresen, porque temos que começar a discutir a formação de um fundo estadual para atendimento de situações de calamidade climáticas. Precisamos discutir nesta Casa a criação desse fundo, porque não podemos permitir que a cada catástrofe, que a cada enchente, a cada seca, a cada temporal fiquemos de mão atadas sem poder dar respostas imediatas.

Nesses dias eu estava comentando com certa pessoa - e vejam bem, eu sou da Oposição, não tenho aqui nenhum motivo para defender o governo - e fiz, deputado Antônio Aguiar, uma dura crítica a uma liderança deste estado, principalmente na área ambiental, que queria colocar a culpa das catástrofes que estamos tendo no governador Luiz Henrique da Silveira. Eu disse que uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra coisa e não vamos culpar determinada pessoa pela catástrofe. O Executivo deste estado não tem como dizer para o vento: "Vento, digo-te: acalma-te!" Não dá!

Agora, o Executivo deste estado pode, sim, começar a se preocupar com a formação de um fundo estadual para atendimento de vítimas de catástrofes. Precisamos! O que não pode acontecer é a cada enchente, a cada seca, a cada estiagem, a cada vendaval, a cada temporal, a cada furacão, ficarmos preocupados.

Eu estava dizendo ao deputado Padre Pedro Baldissera que fui levar alguns doativos para aquela região e ouvi na rádio local propaganda do governo, da Defesa Civil, pedindo aos cidadãos catarinenses que depositassem numa determinada conta qualquer importância para ajudar os flagelados.

Não podemos ficar neste momento de pires na mão, pedindo de novo à sociedade que, além das doações, dê dinheiro. O estado tem que ter um fundo, uma rubrica, um caixa específico, para atendimento às vítimas das catástrofes. E somos nós que temos que discutir isso aqui. É

este Parlamento, sr. presidente, que tem que discutir esse assunto. Porque no oeste, quando a estiagem atrapalha os produtores, quando atrapalha todo mundo, o estado precisa estar lá com o dinheiro. Quando vem um furacão, quando no sul vem a enchente na região de Araranguá, quando o vale do Itajaí é devastado, o estado precisa ter um dinheiro específico pronto ser aplicado.

Nós precisamos discutir essa ação e esse propósito aqui. E eu quero propor que todos nós comecemos a pensar nisto, na formação de um fundo específico, de dinheiro do estado, para atendimento das vítimas das catástrofes ambientais, com as quais, infelizmente, vamos ter que conviver.

O Sr. Deputado Círio Vandresen - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Agradeço, deputado Kennedy Nunes. Eu acho louvável a sua iniciativa, porque precisamos criar aqui as condições reais para atender as vítimas das catástrofes, das enchentes. É importante termos também medidas que possam prevenir as calamidades porque, como diz o ditado popular, é melhor prevenir do que remediar.

Lembro ainda que na semana passada a senadora Ideli Salvatti apresentou um projeto lei que cria um fundo nacional para assistir aqueles que porventura sejam atingidos pelas catástrofes. Eu acho louvável essa iniciativa. Que cada estado da federação crie um fundo estadual para esse tipo de atendimento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Parabéns à senadora que elaborou esse projeto, mas nós temos que fazer isso em âmbito estadual.

Sr. presidente, quero abordar agora um assunto sobre o qual me sinto extremamente envergonhado. Sabe quando se é pego de surpresa e não se tem reação, deputado Moacir Sopelsa? Ou não se sabe o que dizer quando se é confrontado com uma situação?

Sou da maior cidade do estado de Santa Catarina, a pujante Joinville, cidade industrial, responsável por 25% da arrecadação do ICMS do estado, a cidade de tantas empresas, a cidade que elegeu o governador por algumas vezes. Pois a minha cidade, deputado Sargento Amauri Soares, está neste momento com as operações do aeroporto canceladas, deputado Antônio Aguiar, porque não cortaram as árvores da cabeceira das pistas.

Deputado Ismael dos Santos, não dá para ficar envergonhado? O aeroporto de Joinville não está funcionando porque não cortaram as árvores na cabeceira das pistas. Como também não está funcionando depois das 18h porque não há iluminação na pista. O que dizer?

Ontem, quando eu estava voltando de Goiânia, o avião teve que pousar em Curitiba porque não havia luzes na pista e porque na cabeceira norte não haviam cortado as árvores do nosso aeroporto. Pela falta de corte, deputados, interditaram 200m da pista na cabeceira norte e 250m na cabeceira sul.

Meu sempre professor Samuel é isso que está acontecendo na nossa Joinville. Na semana passada ainda estava funcionando porque as árvores não estavam tão grandes. Agora a GOL transferiu o seu voo para Curitiba porque não havia bombeiros para garantir a segurança da pista.

A responsabilidade é de quem? Dos bombeiros? Do governador Luiz Henrique, o homem de Joinville! O homem de Joinville não coloca bombeiros suficientes para que os aviões pousem na sua cidade. A responsabilidade é também da Infraero, do governo federal do PT, que não coloca luzes na pista e não corta as árvores, o que nos faz depender de Navegantes ou de

São José dos Pinhais, no Paraná, para conseguir um voo.

Faço este registro com muito pesar, envergonhado por chegar aqui e ter que dizer algo tão triste da minha cidade. Tomara que a bancada do PT leve isso à Infraero e que a bancada do PMDB leve isso ao governador Luiz Henrique. Que vergonha! Como diria Boris Casoy: "Isso é uma vergonha!" Mas é a realidade, nosso aeroporto está fechado porque não cortaram as árvores nas cabeceiras da pista em Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pessoas que nos acompanham nesta sessão, está tudo bastante nebuloso, deputado Kennedy Nunes, ou, como diz a música que ouvimos anteriormente, "está escuro demais para ver, embora pareça que as coisas poderiam ser tão mais fáceis."

Mas quero falar, nestes nossos cinco minutos, de outra situação nebulosa, que é a questão de Honduras, um país vizinho e irmão que está em convulsão social há 88 dias e que desde a tarde de ontem encontra-se num impasse que não sei como rotular.

O presidente legítimo, que foi sequestrado por golpistas, por gorilas, no dia 28 de junho, retornou ao país por terra, chegou à capital e dirigiu-se à embaixada brasileira em Tegucigalpa.

Evidentemente que, como o Brasil tem uma posição de apoio ao retorno do presidente ao seu país, Manuel Zelaya foi acolhido na embaixada brasileira. E quero desde já parabenizar o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela firmeza. Nossa embaixada, em qualquer país do mundo, é território brasileiro. Portanto, que não seja tocada, porque na madrugada de hoje, em Honduras, 8h da manhã no Brasil, havia 100 mil pessoas na frente da embaixada brasileira. E os golpistas atacaram 100 mil pessoas, dispersando a multidão, prendendo pessoas do povo, atirando em todos a esmo. E mais: invadiram as casas vizinhas à embaixada, todas elas, e entraram atirando. Segundo a deputada Sílvia Ayala, do Partido da Unificação Democrática de Honduras, estavam preparando-se para invadir e matar o presidente legítimo do país que está na embaixada brasileira.

Foi decretado toque de recolher desde ontem e fecharam os aeroportos até porque José Carlos Insunza, da Organização dos Estados Americanos, iria hoje a Honduras. Todos os países do mundo, inclusive os Estados Unidos, cassaram os vistos dos golpistas e não reconhecem o novo governo. O presidente dos Estados Unidos tomou essa posição muito embora os monopólios americanos em Honduras estejam financiando os golpistas.

É preciso que todo o povo brasileiro olhe para isso porque é um golpe de estado, não há governo, há gorilas no poder! E a palavra "gorilas" nunca foi tão clara, tão evidente para definir aquilo que meia dúzia de poderosos está fazendo em Honduras nos últimos 88 dias. E o povo está nas ruas há 88 dias. Hoje há um milhão de pessoas nas ruas, num país cuja população total é de sete milhões! Cercaram as estradas para que a manifestação não chegue à capital. Cem mil pessoas estão em frente à embaixada brasileira! E os golpistas atacam. Pessoas estão morrendo! Estão usando o estádio da cidade de Tegucigalpa como prisão porque já não há mais lugar nas prisões. Estão efetuando prisões em massa!

Isso aconteceu no Chile em 1973, e todos ficaram horrorizados. Vamos ter que esperar 20 ou 30 anos para nos horrorizar com o que está acontecendo em Honduras hoje? É preciso que o povo brasileiro, que as organizações brasileiras, que as instituições do estado brasileiro e este Poder Legislativo também tomem uma posição e manifestem-se de maneira clara com relação a esse massacre, a essa chacina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Gostaria de solicitar a v.exa., deputada Ada De Luca, que é democrática e que sempre defendeu a democracia, e a todo este Parlamento que fizéssemos urgentemente uma moção endereçada a todas as embaixadas sediadas em Honduras, com uma posição clara condenando o golpe e para que se restabeleça a democracia naquele país.

Eu acho que o Parlamento catarinense precisa manifestar-se como poder. Por isso, devemos elaborar uma moção assinada por todas as bancadas, em nome da democracia que o Brasil e a América Latina conquistaram a duras penas, para que ela não seja manchada por esse golpe em Honduras.

Essa é a minha manifestação. Que seja uma decisão do Parlamento para engrandecer este espaço democrático que é o Poder Legislativo de Santa Catarina!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Parabéns, deputado Pedro Uczai, pela sua proposta.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Gostaria de registrar a presença do prefeito Manoel Marcílio dos Santos, de Bombinhas, juntamente com o vice-prefeito Claudemiro João Schmit, do PPS, com quem tanto lutamos pela emancipação de Bombinhas, bem como do vereador do PPS de Imbituba, Roberto de Farias Pires, e também do companheiro Maximiliano Bernardo Filho.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. presidente e srs. deputados, gostaria de registrar um voto de pesar à família do colega Rubens de Oliveira, que partiu no último domingo, mais uma vítima da BR-470, deputada Ana Paula Lima. O Rubens chegou a ser presidente do Sindicato de Corretores de Imóveis de Blumenau, uma figura extremamente comunitária, atuante, que infelizmente foi vítima da rodovia, perto de Apiúna, no último domingo, num acidente.

Tivemos 983 mortes nessa década. E mais do que nunca precisamos fazer alguma coisa. Quando estávamos no velório do Rubens, as pessoas nos indagavam, questionavam, sobre o que o Parlamento catarinense está fazendo pela BR-470.

Deputado Serafim Venzon, v.exa. também tem testemunhado as nossas intervenções no sentido de sensibilizar as autoridades, sobretudo o governo federal, para acelerar o projeto de licença ambiental, para que tenhamos de fato a tão sonhada duplicação da BR-470.

Mas ficam aqui os nossos votos de pesar pela partida do amigo Rubens de Oliveira.

Como fez o deputado Jean Kuhlmann, não poderíamos deixar de mencionar os 38 anos do *Jornal de Santa Catarina*. Nós, que atuamos durante 12 anos como vereador na cidade de Blumenau, sabemos da importância desse jornal, desse diário, não só para Blumenau, mas, em especial, para a região do vale do Itajaí.

Esse jornal foi fundado de 22 de setembro de 1971 e tem pautado a sua caminhada, o seu editorial, por isenção jornalística, por independência editorial, sobretudo por um intenso envolvimento comunitário. Por isso, registro também os nossos votos de congratulações ao *Jornal de Santa Catarina* pelos seus 38 anos completados no dia de hoje.

É claro que também queremos congratular-nos, deputado Cesar Souza Júnior, e peço perdão por ocupar o espaço do partido, neste momento, pelo Dia Mundial Sem Carro. É um dia naturalmente para reflexão, um momento em que se pretende mostrar a importância de se usar outros meios de transporte que não o carro, além de discutir novas formas de mobilidade humana. Esse dia foi criado há mais de uma década na Europa e tem como mérito servir não só para reflexão na questão do trânsito, mas também nas questões ambientais.

Em Blumenau, deputada Ana Paula Lima, reconhecemos, sim, o trabalho do então prefeito Décio Lima em favor da implementação das ciclovias, das ciclofaixas. Acompanhamos de perto, na época como vereador, esse trabalho. E é claro que reconhecemos e parabenizamos o trabalho do prefeito João Paulo Kleinübing na atenção ao programa de aluguel de bicicletas, ao sistema municipal de locação de bicicletas, uma novidade que só havia no Rio de Janeiro. Portanto, Blumenau é a segunda cidade do país, a primeira de Santa Catarina, deputado Kennedy Nunes, e saímos na frente de Joinville! São seis estações espalhadas pela cidade, com dez bicicletas em cada estação, que funcionarão das 6h às 22h, sendo que os 30 primeiros minutos são gratuitos para quem faz a locação da bicicleta, deputada Ada De Luca.

Eu quero também, nos minutos que me restam, registrar de fato o momento muito alegre, muito feliz, que foi a Marcha Para Jesus, à qual a deputada Professora Odete de Jesus já fez menção nesta tarde.

Eu gostaria de registrar algumas imagens. E peço à nossa assessoria que exiba as imagens dessa marcha que aconteceu no último sábado, aqui na capital.

(Procede-se à exibição de imagens.)

A Guarda Municipal estimou que cerca de 50 mil pessoas participaram da Marcha para Jesus. Está aí um pouco da juventude, dos grupos que se fizeram presentes, trios elétricos, coreografias, cantores gospel, como Marcelo Aguiar e Cassiane. A deputada Ada De Luca, o governador Luiz Henrique da Silveira, o prefeito Dário Berger, de Florianópolis, além de outras autoridades, também estiveram conosco. Foi um momento muito bonito e já são 20 anos da Marcha para Jesus em todo mundo e a 12ª edição na cidade de Florianópolis.

Neste ano, a temática foi marchando para derrubar gigantes, numa alusão ao texto bíblico, à história bíblica de Davi enfrentando o

gigante Golias, naturalmente numa analogia aos problemas que o Brasil enfrenta como a desigualdade social, a corrupção, a violência. E a ênfase da marcha foi a de que a violência é a ausência de Deus, a ausência de Cristo nos corações. E é através dessa perspectiva de uma intimidade com Deus que poderemos trazer paz para a nação.

Parabéns a todos os organizadores da 12ª edição da Marcha para Jesus na capital. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada De Luca, por até 16 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, eminente deputado Moacir Sopesla, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela Radio Alesc Digital e pela TVAL.

(Passa a ler.)

"O governo federal tem anunciado uma 'nova era' de petróleo, gás e *royalties* para os estados através da exploração do petróleo do pré-sal no litoral brasileiro e que inclui a nossa costa, a costa catarinense. Quero, neste espaço, manifestar a minha posição sobre o assunto e fazer algumas propostas que considero importantes para que o nosso estado tenha o que lhe é de direito.

Protocolei uma indicação nesta Casa, à qual solicito o apoio dos nobres colegas na aprovação, para ser encaminhada ao sr. governador Luiz Henrique da Silveira, sugerindo que o governo do estado de Santa Catarina crie uma comissão para estudar, acompanhar e defender o petróleo do pré-sal do litoral catarinense.

Essa Comissão do Petróleo do Pré-Sal/SC deverá ser composta com representantes das várias esferas de poder: governo do estado, secretarias de estado, Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público de Santa Catarina, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, parlamentares estaduais e federais, feitos, vereadores, empresários e os grandes técnicos que temos.

Essa comissão também terá a finalidade, sr. presidente, deputado Moacir Sopesla, de buscar solução para os limites de demarcação adotados pelo IBGE, através da agilização da ação de retificação de demarcação do limite interestadual marítimo contra o IBGE, Ação Civil Originária n. 444-STF.

Essa ação foi impetrada pela Procuradoria-Geral do Estado, em 1991; portanto, há 18 anos aguardamos uma decisão do Supremo Tribunal Federal para que seja corrigida uma avaliação - a meu ver completamente equivocada - feita pelo IBGE, que impôs uma demarcação do mar territorial entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Enquanto isso, todos os *royalties* resultantes da exploração dos postos de petróleo encontrados nessa área que está no foco da ação judicial estão indo direto para a conta do governo do Paraná.

Diante da expectativa da exploração do petróleo do pré-sal e do recebimento dos *royalties* pelos estados, esse é um dos pontos que considero fundamentais de serem solucionados.

Deputado Pedro Uczai, precisa estar claro e definido o marco do mar territorial, de onde termina o estado do Paraná e de onde começa o mar de Santa Catarina. Sem essa definição a situação de Santa Catarina, srs. deputados e responsáveis pelas futuras gerações, é bastante preocupante, diante da perspectiva da existência de reserva de petróleo e gás do pré-sal na nossa costa.

Se essas reservas estiverem disponíveis dentro da área atingida pela ação judicial, a nossa luta em defesa dos catarinenses é ainda mais e mais urgente. Considerando que tanto o laudo pericial quanto o parecer do Ministério Público foram favoráveis a Santa Catarina, uma decisão rápida da Justiça daria aos estados e aos municípios da costa catarinense todas as indenizações - justas e devidas - pela exploração do petróleo do pré-sal antecipadamente.

Ressalto que os *royalties* do petróleo do pré-sal podem ser antecipados como receita futura, e sei que v.ex.as. entendem desse assunto, através de colocação de títulos e contratos recebíveis, cujos recursos poderiam já ser investidos em obras de qualidade de vida para o povo de Santa Catarina. E cito como exemplo o estado do Rio de Janeiro, que antecipou em 1999 R\$ 6 bilhões, o que foi um excelente negócio para o governo, comprometendo a receita também dos governos seguintes.

Outra posição que defendo é de que o governo catarinense adote, para a divisão dos lucros da exploração do petróleo do pré-sal, um pacto federativo com a participação dos estados e dos municípios, junto com a União, respeitando a autonomia e a independência dos três níveis de governo, mantendo o equilíbrio nas relações entre os mesmos, sem hierarquia ou preponderância de um ente federado sobre os demais, independentemente dessas propostas até agora levantadas pelo governo federal, como a criação de um fundo para ser dividido entre todos os estados da federação.

Considero injusto, por exemplo, um estado como o Mato Grosso receber uma fatia de *royalties* sem qualquer proximidade com a camada de petróleo do pré-sal ficando somente com o bônus. Temos que ter a certeza de que explorar petróleo, deputados, tem bônus, mas também tem ônus, e não são poucos, pois pode haver poluição, problemas com a fauna, com a saúde, com as escolas e tantos outros.

Esse potencial econômico pode representar muito para o futuro do estado e dos municípios. Por isso, precisamos estar mais do que nunca unidos e mobilizados em defesa dos interesses do nosso estado.

Aproveito a oportunidade para convidar os nobres colegas e a sociedade em geral para estarmos juntos hoje, a partir das 18h, no Auditório Antonieta de Barros, nesta Casa Legislativa, para o seminário sobre o petróleo do pré-sal e as implicações econômicas para Santa Catarina, que conta com o apoio da Flesc."

Ghandi já dizia, meus nobres colegas, prestem atenção, pois o futuro dependerá daquilo que fizermos no presente. E essa responsabilidade é nossa também.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Moacir

Sopelsa, pelo tempo restante do horário reservado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA

- Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA

- Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputada Ada De Luca, em 1991 era deputado nesta Casa quando houve aquele litígio com o Paraná em virtude dos critérios usados para demarcação dos limites que deram ao Paraná - o estado e alguns municípios - o direito de receber os *royalties* pagos pela Petrobrás pela exploração do petróleo descoberto em águas catarinenses. Então, entramos com uma ação, ganhamos e foi feito um acordo. Até quero aqui homenagear um grande lutador, como parlamentar daquela época, deputado Moacir Sopelsa, que foi o deputado Germano Vieira. Lembro da luta dele pelo petróleo naquela época.

Portanto, a nossa homenagem por essa luta e pelo belo pronunciamento da deputada Ada De Luca, convidando para discutir o tema hoje, às 18h, nesta Casa. Teremos outros assuntos que iremos levantar depois.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA

- Muito obrigado, deputado Professor Grando, e muito obrigado, deputada Ada De Luca, v.exa. traz um assunto importantíssimo para esta sessão, pois tivemos o exemplo do ICMS das nossas usinas hidroelétricas: os municípios sofreram com o alagamento das áreas, mas não recebem proporcionalmente ao prejuízo que tiveram.

Eu trago à tribuna hoje dois assuntos, mas, antes de abordá-los quero também fazer um comentário sobre o pronunciamento dos deputados Padre Pedro Baldissera e Kennedy Nunes, deputado Antônio Aguiar, meu líder. Se não me falha a memória, em 2008 ou 2007, quando tivemos uma grande estiagem no oeste de Santa Catarina, este deputado se pronunciou desta tribuna por diversas vezes no sentido de criarmos um fundo de emergência para os momentos de dificuldade no estado. Eu não tenho nenhuma dúvida nenhuma de que essa vai ser a maneira mais rápida, mais ágil, mais justa de atender os nossos municípios quando houver algum problema. É preciso, realmente, que se tenha a consciência de ter recursos guardados para o momento de uma emergência, porque não temos, deputado Professor Grando, uma forma de o poder público poder desembolsar os recursos para atender a nossa gente.

É um projeto que, acredito, pode ser discutido nesta Casa. Eu sou parceiro para discutir esse projeto, e tenho certeza de que vamos contar com a sensibilidade do governador porque essa não vai ser a última estiagem que tivemos e momentos como esse poderão ocorrer novamente.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA

- Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. tem razão e eu gostaria de colocar uma questão importantíssima. Está na hora de termos uma secretaria que cuide da Defesa Civil, porque, por maior que seja o esforço do

major, sabemos que ainda hoje não há uma política estadual, eis que 70% dos municípios não têm um órgão da Defesa Civil.

Portanto, uma secretaria da Defesa Civil juntamente com esse fundo de emergência, que está para ser criado, vai propiciar uma política estadual para que cada município faça a sua defesa e esteja inserido no contexto.

Por isso, vou de forma profunda defender a criação de uma secretaria da Defesa Civil e Mudanças Climáticas, porque este estado tem que ser estudado, bem como o sul do país, com todas as suas particularidades.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Parece-me que o governo do estado já tem uma proposta que virá a esta Casa criando a secretaria da Defesa Civil.

Nobres pares, assomei à tribuna para falar sobre os seminários que estão sendo realizados nas secretarias de Desenvolvimento Regional, em função de um relatório de atividades das ações de 2003 a 2009.

Na quarta-feira e quinta-feira passadas eu estive ausente deste plenário porque estava participando desse seminário nas SDRs de Seara e Concórdia, e agora eu gostaria de fazer um comentário a respeito dele.

A secretaria de Desenvolvimento Regional de Concórdia, que hoje tem sete municípios sob a sua abrangência, teve um investimento, nessa época, de R\$ 144,3 milhões, sendo assim distribuídos: Irani, R\$ 9 milhões; Concórdia, R\$ 69 milhões; Castelo Branco, R\$ 1,7 milhão; Ipira, R\$ 4,8 milhões; Peritiba, R\$ 3 milhões; Alto Bela Vista, R\$ 2 milhões e Piratuba, R\$ 4 milhões. São municípios pequenos, que tinham dificuldade de receber recursos quando o governo era centralizado, quando as coisas aconteciam nos municípios perto da capital ou nela.

Já a secretaria de Desenvolvimento Regional de Seara teve um investimento de R\$ 132 milhões.

Eu irei pronunciar-me num outro momento, até para mostrar o quanto foi investido na saúde, na educação, em infraestrutura, na segurança e na agricultura. Enfim, nas duas SDRs foram investidos R\$ 277 milhões, deputado Genésio Goulart, em benefício dos pequenos municípios. E isso gerou um reflexo no seu crescimento, pois alguns deles, que ainda não tinham os seus acessos pavimentados, hoje já têm; alguns deles, que tinham dificuldade com relação à segurança, tiveram construída a estrutura da segurança. E quase todos os municípios que têm estrutura educacional, principalmente prédios, precisaram de reparos nessa área. Houve ainda investimentos na área da saúde, sendo que hoje há especialista em cardiologia em Xanxerê; há, em Concórdia, especialista em ortopedia; em Joaçaba, em oncologia. Enfim, houve melhorias no atendimento à saúde.

O governador e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira fizeram, no primeiro mandato, investimentos, e agora, no segundo mandato, o governador Luiz Henrique e o vice-governador Leonel Pavan continuaram esse trabalho que se está firmando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Círio Vandresen.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Sr. presidente, só quero registrar a presença, na Assembleia Legislativa, do suplente de vereador do Partido dos Trabalhadores de São José, sr. Leo Jean da Silva.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Os nossos cumprimentos a todos os deputados, às deputadas, ao sr. presidente, aos vereadores, aos prefeitos que nos acompanham nas galerias desta Casa, como a todos os catarinenses que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa através da TVAL e da Rádio Aleisc Digital.

Antes de fazer o meu pronunciamento, quero dizer que quis apartear a deputada Ada De Luca para expor também a minha opinião com relação ao pré-sal, até porque na semana passada o presidente desta Casa, escutado por todos os líderes partidários, inclusive o líder do governo, esteve em Brasília levando alguns pedidos, como, por exemplo, da ferrovia norte/sul, da ferrovia litorânea, da ferrovia leste/oeste; da PEC n. 0057, que trata da instituição de mais 50 municípios no Brasil, sendo que se deseja fazer a votação para prefeitos e vereadores nos próximos meses, antes de 2012.

Levamos também uma reivindicação à secretaria nacional da Habitação com relação às casas populares. E o presidente Jorginho Mello entregou ao ministro Edson Lobão o desejo dos catarinenses de que a geração da renda beneficie todos os brasileiros e não apenas uma parcela. E Santa Catarina poderá ser beneficiada por parte desse petróleo do pré-sal.

Na exploração convencional de petróleo os helicópteros saem de Navegantes e vão até a torre; não saem de Paranaguá ou de Santos, mas de Navegantes porque é mais perto. Sendo assim, nós, catarinenses, passamos a ter dificuldade de entender o seguinte: se a plataforma é mais perto de Navegantes, por que, na hora de dividir, os *royalties* vão para o Paraná, para São Paulo e até para o Rio de Janeiro e não para Santa Catarina? É por causa daquela curva que o mapa do Brasil faz em relação aos poços de petróleo?

Então, levamos o nosso desejo de que a distribuição dos *royalties* tem que ser, sim, questionada. Em minha opinião, o art. 20 da Constituição brasileira precisa ser mudado! Os municípios não escolheram ter ou não o rio e o petróleo. Eles estão sempre lá! O rio está onde está e o poço de petróleo também. Então, o estado ou o município não fizeram absolutamente nada de especial para ter aquele poço de petróleo. Por isso entendemos que, diante dessa luta, dessa guerra fiscal com a qual queremos acabar; diante do discurso que todos fazemos pela distribuição mais justa, mais equânime da renda é que acho que o texto constitucional tem que mudar.

O que é a renda dos *royalties* do petróleo? O que é a renda dos *royalties* da energia elétrica? É uma renda particular ou é

uma renda pública? Se ela é pública, precisamos lutar para que haja uma divisão mais equânime.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu concedo um aparte a v.exa., deputado Professor Grandó.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. tocou num ponto fundamental e que vamos ter que discutir e inserir no novo contexto nacional. Santa Catarina, na sua costa, no que chamamos de mar territorial do petróleo, já tem plataformas, e os catarinenses não sabem disso! E qual foi o critério que adotaram? Obviamente que há uma referência, que é o critério internacional e que todos os países utilizam, ou seja, o ângulo da direção da foz do rio. Nós não estamos aqui tratando - e já há muitos países com esse litígio - em função da exploração do petróleo. Aqui estamos entre irmãos, que são estados.

Mas não resta dúvida de que na questão dos impostos, na questão dos *royalties*, poderíamos ser mais beneficiados. Por sermos do mesmo partido, fizemos todo um ajuste com o Paraná, mas entendemos que Santa Catarina, nessa questão do pré-sal, com a nova descoberta que está dentro, lá no final, das 200 milhas, quase a 300km, deveria ter mais direito.

Então, concordo com o pronunciamento de v.exa. e entendo que esse critério da foz não é o correto. Há outros critérios, até na questão mineral do subsolo, que é muito interessante, porque o petróleo que lá está poderia ter essas características.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Professor Grandó!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Serafim Venzon, quero cumprimentá-lo porque esse tema certamente será mote de muitos debates e de muitas discussões neste Parlamento, como também no Brasil inteiro.

Em primeiro lugar, quero dizer que o petróleo do pré-sal tem que ser brasileiro, dos brasileiros e para os brasileiros para desenvolver o Brasil. Acho que esse é o movimento.

Em segundo lugar, gostaria de colocar o seguinte: os *royalties* do petróleo do pré-sal são dos estados onde está o pré-sal ou são do Brasil? Acho que esse é o debate aberto e democrático que nós temos que fazer. Pode ser que o Congresso Nacional encontre uma fórmula para que uma parte vá para os estados em cujo mar territorial se encontra o petróleo do pré-sal, e outra parte vá para o povo brasileiro para construir mais igualdade, mais educação, mais ciência, mais tecnologia, mais condições de vida, porque o petróleo, que é uma energia fóssil, pode transformar-se em vida melhor para o povo brasileiro. Essa é a minha posição!

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede mais um aparte de 20 segundos para completar o pensamento do deputado Pedro Uczai?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Realmente, acho que uma parte deveria ir para todos os estados, mas contemplando mais os

estados em cujo mar territorial se encontra a bacia petrolífera do pré-sal. Por quê? Porque esses estados correm riscos em virtude da exploração da camada pré-sal, onde mais de 100 mil pessoas que vivem da pesca podem ser prejudicadas. Se ocorrer um vazamento numa plataforma, pelo vento e pelas marés, o óleo virá para o nosso litoral, e teríamos um grande prejuízo. O prejuízo não seria para o Mato Grosso.

Mas eu acho que todo o país tem que discutir bem essa questão!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Professor Grandó.

Para encerrar esse pensamento, quero destacar que no ano passado o estado do Rio de Janeiro recebeu R\$ 6,8 bilhões dos R\$ 25 bilhões de *royalties* gerados pela extração de petróleo. E destaco que esses *royalties* aparecem na hora em que todos os brasileiros abastecem os carros na bomba! É nessa hora, sim, que o dinheiro é direcionado para alguns estados que não fizeram nada para ter o petróleo.

Por isso deveríamos, sim, usar esses R\$ 23 bilhões que recebemos no ano passado. E com o pré-sal nós vamos passar de R\$ 50 bilhões. Que tal investir esses recursos na saúde tão falida?! Aqui em Santa Catarina temos uma fila com mais de 50 mil pessoas esperando atendimento. E no Brasil certamente passa de um milhão o número de pessoas na fila...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, queria registrar, com satisfação, a presença, neste Parlamento, da sra. Rose Terezinha Rosa, vereadora do PDT na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, assim como das sras. Angelita Maria dos Santos, diretora da Escola Básica Municipal Prefeito Augusto Althoff; da sra. Maria Bernadete, presidente do Conselho Deliberativo daquela escola; da sra. Valdeci Farias Bosqueto, presidente da Associação de Pais e Professores; e da srta. Manoela Carolina da Silva, presidente do Grêmio da Escola Básica Municipal Prefeito Augusto Althoff, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz.

Elas estão neste Parlamento defendendo as possibilidades legais de transformação na legislação para que as Associações de Pais e Professores tenham mais acesso...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, existe uma matéria tramitando nesta Casa, o PL n. 0314, que institui o dia 1º de outubro como sendo o Dia de Combate ao *Crack* no estado de Santa Catarina. E, tendo em vista o dia 1º de outubro estar próximo e a

nossa dificuldade constante de haver quórum na sessão para deliberação, eu gostaria que v.exa. consultasse os líderes para ver se não existe nenhuma objeção com relação à apreciação da matéria.

Já foi acordado pelo presidente da comissão de Saúde, a matéria já tramitou devidamente, já teve parecer favorável na comissão de Constituição e Justiça, e por isso apelo a v.exa. que consulte os líderes para ver da possibilidade de incluir esse projeto na pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência consulta os srs. líderes para saber se podemos apreciar o PL n. 0314/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia de Combate ao *Crack* no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, eu concordo com a apreciação da matéria, mas peço aos colegas deputados que permaneçam no plenário para votarmos também outras matérias relevantes que estão praticamente há três semanas sem votação.

Então, este é o apelo que faço: que os parlamentares permaneçam no plenário após a deliberação desse projeto de lei, para que possamos deliberar as demais matérias que estão na pauta há alguns dias.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Eu gostaria de pedir aos deputados que ainda estão nos seus gabinetes que venham ao plenário para participarem da sessão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero que fique registrada a presença na Casa do vice-presidente da Câmara de Vereadores de São João do Itaperiú, o nosso querido amigo Gelásio de Souza, que está aqui acompanhado da sua assessoria.

Agradecemos a sua presença e queremos que fique registrada a sua passagem por esta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, concordamos que o projeto sobre o *crack* seja votado hoje, e achamos de suma importância a sua apreciação, uma vez que temos órgãos vinculados à imprensa que fazem uma campanha muito grande contra o consumo do *crack* em Santa Catarina. Somos favoráveis não só à campanha, como também à aprovação do projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0314/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que

institui o Dia de Combate ao *Crack* no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com a Emenda Modificativa n. 9.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0202/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0018/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui o Programa Estadual de Eliminação da Produção e Consumo de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Programa Geladeira Ecológica, destinado a combater o desperdício, a proteger o meio ambiente e a oferecer mais conforto e economia à população de baixa renda.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, a intenção é das melhores. Eu tenho certeza absoluta de que o deputado Padre Pedro Baldissera deu entrada neste projeto com a melhor das intenções e tenho certeza absoluta também de que não vai haver nenhuma abstenção e todos vão votar a favor.

Eu tenho dúvida quanto ao destino do projeto depois de aprovado, pois pode ser que acabe tendo um destino igual a um projeto meu aprovado nesta Casa, instituindo a semana de combate à catarata, se não me engano, que tinha como objetivo propiciar a feitura de cirurgias de catarata. Eu acho que esse projeto já está pegando catarata na gaveta, pois não tivemos mais notícias dele. E eu temo que este projeto de autoria do deputado Padre Padre Baldissera fique na mesma gaveta em que ficou o meu.

De qualquer forma, a intenção é boa e devemos louvar essa iniciativa, aprovando esse seu projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0029/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a fixação de aviso nos hospitais informando o direito do pai, mãe ou responsável permanecer com seu filho, em

caso de internação hospitalar, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0080/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a distribuição gratuita de protetor solar aos portadores de câncer de pele no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Saúde.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu havia conversado, sr. presidente, com o deputado Antônio Aguiar por entender que a intenção de s.exa. com esse projeto, na verdade, é para que o protetor solar alcance as pessoas que precisam, as pessoas necessitadas, evidentemente.

Não conheço bem o projeto e só queria saber do deputado Antônio Aguiar se o projeto é genérico, porque caso contrário acabará abrangendo as pessoas ricas, que não precisam ganhar protetor solar. Quero saber se dentro do projeto essa situação está prevista.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero informar ao deputado Nilson Gonçalves que o projeto prevê o protetor solar para as pessoas que recebem de dois a três salários mínimos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, nesse caso tem a minha aprovação e admiração pela iniciativa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0085/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, que autoriza o Poder Executivo do estado, através da secretaria de estado da Saúde, a realizar a laqueadura sem cirurgia na rede pública de saúde, no âmbito do estado de Santa Catarina. Ao presente projeto foi apresentado substitutivo global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0092/2009, de autoria do deputado Gelson Merisio, que obriga as farmácias e drogarias situadas no estado de Santa Catarina a manterem à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos em braille.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0101/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Projeto Erva-Mate, destinado a estimular o plantio, a preservação e o manejo de erva-mate.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0121/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que autoriza o governo do estado a criar o selo de responsabilidade ambiental para os municípios ecologicamente corretos, no âmbito do estado de Santa Catarina, e fixa outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0230/2009, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual da Mulher Negra.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0238/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, de contratos firmados por meio de *call center* e formas similares aos contratantes e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0094/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Abrigo Divina Misericórdia, com sede no município de São Francisco do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0167/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Cáritas Solidariade de Matos Costa, com sede no município de Matos Costa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0211/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iporã do Oeste, com sede no município de Iporã do Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0215/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que declara de utilidade pública o Portal da Esperança SOS Criança em Ação, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0249/2009, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de São João Batista, com sede no município de São João Batista.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0255/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação Francisco de Assis de Defesa Animal, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno unido do Projeto de Lei n. 0261/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Maricultores Profissionais do município de Biguaçu, com sede no município de Biguaçu.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0270/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a Associação Social Municipal de Irani - Asmi -, com sede no município de Irani.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0275/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Clube de Atletismo Rio do Sul - Carisul -, com sede no município de Rio do Sul.

Conta com pareceres favoráveis das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0276/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que declara de utilidade pública a Associação Italiana Vêneta de Concórdia, com sede no município de Concórdia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0278/2009, de autoria da deputada Angela Albino, que declara de utilidade pública o Circolo Trentino di Florianópolis, com sede no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0295/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmã Maria de Angelis, com sede no município de São José.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0319/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública o Clube Bagaço, com sede no município de Campo Alegre.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0323/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que declara de utilidade pública a Associação Empresarial de Navegantes - Acen -, com sede no município de Navegantes.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0324/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação Amor para Down, com sede no município de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0328/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a JCI Rio do Sul, com sede no município de Rio do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0329/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Centro Escola Agrícola e Região, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0330/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Leite - Aproleite -, com sede no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0009/2008, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que institui o pagamento do valor de meia-entrada aos professores estaduais em locais mencionados.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0175/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina Ademir de Brida o ginásio de esportes anexo à Escola de Educação Básica Vicenzo de Villa, do município de Urussanga.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, gostaria de registrar com satisfação a visita ao Parlamento catarinense da vereadora Rose, de Santo Amaro da Imperatriz, da diretora Angelita, da Escola Básica Professor Prefeito Augusto Althoff, das professoras Bernadete e Ciça, bem como da formanda da 8ª série, Emanuela.

Sejam bem-vindas ao Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0219/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui a Semana de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos na rede pública escolar do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0220/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que altera a Lei n. 10.234, de 1996, que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social da Assembléia de Deus de Lages - Saseadla -, de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença dos nossos amigos, o prefeito Jackson Luiz Patzlaiff, o vice-prefeito Remilton Broetto e Marcelo Morche, da cidade de Arabutã.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira e da mesma forma deixamos registrada a presença das ilustres lideranças de Arabutã.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0284/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual da Associação Brasil SGI.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, a título de esclarecimento, gostaria de perguntar o significado das letras SGI.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, permita-me fazer a explicação.

Na verdade, estamos falando da Fundação Soka Gakkai Internacional, que é uma fundação que existe em mais de 200 países e que tem como fundamental foco de ação a promoção da paz, da cultura e da educação, ou seja, uma instituição que trabalha de uma forma muito forte também no Brasil na promoção da paz, da cultura, da educação e do respeito ao próximo.

É por isso, já que em 200 países essa fundação faz um trabalho tão forte, promovendo o respeito mútuo entre os seres

humanos, o respeito ao próximo, ao cidadão, e como esses são valores que estão faltando na nossa sociedade, acho que nada mais justo, srs. parlamentares, do que promovermos um dia em homenagem a essa entidade que faz um trabalho muito forte, que é reconhecido no mundo.

Eu penso que nós não podemos deixar de reconhecer o trabalho dessa entidade tão importante para a sociedade, não apenas catarinense, mas brasileira e mundial, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o esclarecimento, pergunto ao deputado Silvío Dreveck se está satisfeito.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Agora, após o esclarecimento do autor, deputado Jean Kuhlmann, nós podemos votar e vamos votar a favor uma vez que é pela paz, e sendo pela paz, somos favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvío Dreveck

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0629/2007, de autoria da deputada Ada De Luca, que dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas das redes pública, estadual e privada instalarem filtros de conteúdo pornográfico em seus equipamentos de informática.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu tenho acompanhado a preocupação dos governos municipais, estaduais e até em nível federal de dotar as escolas de equipamentos de informática para que nossas crianças possam, desde cedo, atualizar-se e acompanhar o progresso na informática, inclusive o conhecimento de uma maneira geral.

Sempre que eu via isso me vinha na mente justamente esta preocupação que certamente a deputada Ada De Luca teve: como vamos proteger essas crianças que estão começando a entrar no mundo da internet onde há de tudo, coisas boas e também coisas ruins, especialmente essa questão da pornografia.

Eu fiz questão de fazer essa pequena fala aqui para parabenizar a deputada Ada De Luca pela iniciativa, uma das melhores desta Casa. Espero sinceramente que o governo sancione a lei depois de aprovada, para que tenhamos certeza de que as escolas colocarão o filtro, ou melhor, a censura para que as nossas crianças não tenham acesso a muita porcaria que circula na rede mundial de computadores.

Parabéns, deputada! V.Exa. tem desde já a minha aprovação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar a nobre deputada Ada De Luca pelo excelente projeto de lei, que visa proteger as nossas crianças de muitos males.

Parabéns pela sua idéia, pelo seu projeto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0041/2008, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui no calendário oficial do estado de Santa Catarina o Dia Estadual da Cultura Evangélica, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, quero apenas deixar registrada a minha total satisfação pela iniciativa do deputado Kennedy Nunes de instituir o Dia Estadual da Cultura Evangélica. Acho que nós temos um contingente muito grande de evangélicos, não só em nosso estado, mas também no Brasil inteiro. E por que não um dia estadual em que se possa fazer uma festa alusiva a esse segmento?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu quero parabenizar o deputado Kennedy Nunes pela idéia. Inclusive, há um projeto nosso que trata da instituição também da semana da cultura e dos movimentos evangélicos.

Mas, sr. presidente, eu observei que foi apresentado um substitutivo global a esse projeto de lei, colocando de forma muito específica a data de 24 de novembro. Eu acho que o substitutivo global é de autoria do deputado Joares Ponticelli. A minha curiosidade é saber o porquê dessa data, até porque a data maior evangélica no mundo e no Brasil também é 31 de outubro, que é o dia da reforma de Martinho Lutero.

Eu gostaria que o deputado Joares Ponticelli pudesse justificar o porquê desta data, 24 de novembro, como o Dia Estadual da

Cultura Evangélica. No entanto, quanto ao mérito do projeto nós somos amplamente favorável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Pediria à assessoria que passasse o projeto ao deputado Joares Ponticelli.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, a proposta original apresentada pelo deputado Kennedy Nunes era para comemorar no primeiro domingo do mês de dezembro. Essa era a proposta original e nós apresentamos parecer pela aprovação. Depois disso, foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça, com a supressão de uma parte inconstitucional que determinava ao estado o que deveria fazer com relação a calendário etc. Depois disso, o deputado Pedro também foi relator fazendo mais algumas alterações, e na proposta que foi apresentada já houve alteração em função de solicitações que foram feitas, deputado Ismael dos Santos, propondo a mudança da data, porque nós já tínhamos em novembro a comemoração da Semana Evangélica.

Então, os pedidos que recebemos foram para alterar o dia, a fim de que fosse comemorado durante a Semana Evangélica. Como já temos uma lei instituindo a última semana de novembro como a Semana Evangélica, a proposta de alteração foi nesse sentido, que acabou sendo aprovada por unanimidade em todas as comissões. Esse foi o entendimento.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, eu acato a argumentação do deputado Joares Ponticelli, mas apenas para justificar que não se trata efetivamente do dia do evangélico, mas sim do Dia dos Movimentos Culturais Evangélicos. Caso contrário estaria havendo uma imposição do estado, o que é inconstitucional, já que o poder público não pode legislar sobre questões religiosas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputado que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0632/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0633/2009, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0634/2009, de autoria do deputado José Natal; 0635/2009, de autoria da deputada Ada De Luca; 0636/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0637/2009 de autoria do deputado Jailson Lima; 0638/2009, de autoria

do deputado Professor Grando; 0639/2009, de autoria do deputado José Natal; 0640/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0641/2009 de autoria do deputado Renato Hinnig e 0642/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.327/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello; 1.331/2009 e 1.332/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1.333/2009 e 1.334/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 1.335/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 1.338/2009, de autoria do deputado José Natal; 1.340/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.341/2009, 1.342/2009 e 1.343/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.344/2009, de autoria da deputada Ada De Luca; 1.345, 1.346/2009 e 1.347/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

O sr. Deputado Darcy de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darcy de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu desejo registrar com muita satisfação a presença neste plenário do amigo empresário Vilmar Fagundes, presidente o CTG Amor e Tradição, de Rio Negrinho, que realiza todos os anos grandes rodeios tradicionalistas naquela região.

Registro também a presença do vereador mais votado na história de Rio Negrinho, o vereador Arlindo Cruz, o Pisca, e do apresentador do Programa Chão Farrapo apresentado no SBT todos os domingos pela manhã e sua equipe que se fazem presentes nesta sessão.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 1.350/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.352/2009, de autoria do deputado Professor Grando; 1.353/2009 e 1.354/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.355/2009 e 1.356/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.357/2009, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 1.359/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; e 1.360/2009 de autoria do deputado Renato Hinnig.

Os demais requerimentos e moções requerem quórum qualificado e ficam transferidos para a Ordem do Dia da próxima sessão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Precisamos de 21 votos, deputado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Mas não acredito! Eu não acredito no que estou vendo neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Na minha conta há 19 deputados presentes. Se houver 21, terei prazer em deliberar. Mas como não temos 21 deputados, não temos como deliberar.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, solicito verificação de quórum. Estamos há semanas sem deliberar essas matérias, as moções e os pedidos de informação. Eu não posso acreditar que vamos passar mais uma semana. E hoje dei meu voto de confiança ao projeto do deputado Jean Kuhlmann, acreditando que iríamos deliberar as matérias. Até porque havia a condição de votar favorável a projeto que não estava na pauta, para podermos deliberar as outras matérias.

Registro a minha insatisfação, sr. presidente, não com v.exa., mas com os nobres colegas que não comparecem na hora da votação!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Silvio Dreveck, a Oposição tem que exercer o legítimo direito de fazer oposição desde o início da votação.

Nós concordamos com a votação das matérias de interesse do governo, inclusive extrapauta, na tarde de hoje, atendendo ao pedido de uma liderança do governo. Quando são feitos os debates das indicações, dos pedidos de informação e das moções não está tendo quórum porque a base do governo está-se retirando do plenário para não enfrentar determinados debates políticos.

Então, lamento! A Oposição precisa organizar-se melhor para que o governo vote seus projetos. E quando vem matéria da Oposição, lamentavelmente a base do governo se retira. Nós lamentamos isso! Acreditamos que no dia de amanhã precisaremos mudar a tática.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero justificar, sr. presidente, que a bancada de Blumenau está aqui: este deputado, o deputado Ismael dos Santos e o deputado Jean Kuhlmann, além da deputada Ana Paula Lima, ou seja, tanto os da Oposição como os da Situação estão aqui!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Pedro Uczai, nós temos pedidos de informação aqui completando 40 dias, deputada Ada De Luca. Aquele pedido referente ao município de Laguna, aquele que a SDR desconhece, aquele dos R\$ 900 mil que foram para uma entidade da Laguna e ninguém sabe onde estão, ninguém sabe o que aconteceu, é um deles! Faz 40 dias que estamos tentando aprovar um pedido de informação. Por quê? Isso é para ganhar tempo para produzir os documentos de resposta? Eu começo a pensar que é para isso. Enquanto isso, o governo vai correr atrás da papelada, porque não tem. Os R\$ 900 mil desapareceram, não há documentação, não há como provar. Eu estou achando que isso é uma estratégia para dar tempo de produzir papéis para depois responder o que está na pauta.

Isso é total falta de transparência! E, o que é pior, é esta Casa se curvando e mais uma vez deixando de cumprir sua principal função, que é a de fiscalizar.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado Silvio Dreveck, é perfeitamente compreensível a sua revolta. Eu queria aproveitar, sr. presidente, já que não vamos poder votar nada, para fazer um apelo à bancada do PT, pois há uma moção de sua autoria, a de n. 0199/2009 - estou pedindo porque vai dar tempo para refletirem e, quem sabe, refazerem a moção -, encaminhada à governadora e ao secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, manifestando repúdio pela violação dos direitos humanos ocorrida durante a ação policial de despejo de trabalhadores rurais sem terra no município de São Gabriel.

Queria fazer um apelo à bancada do PT para que retifique a redação da referida moção, a fim de que possamos aprová-la também. A redação ficaria assim: "[...] manifestando à governadora do estado e à secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul desaprovção pelos fatos ocorridos durante ação policial de despejo [...]" etc.

Se essa for a redação, nós poderemos votar com o PT nessa moção de desgosto pelo que aconteceu no estado vizinho. É um apelo que eu faço. Se for possível, quando formos votar estaremos ajudando o PT a aprovar essa moção, desde que alterada sua redação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, como não vai haver a votação dessas moções, nós levaremos para discussão na bancada e poderemos informar a decisão da bancada na próxima sessão.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	presente
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	presente
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN	presente
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	presente
DEPUTADO DARCI DE MATOS	presente
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	presente
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	presente
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO SARISSOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	presente
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	presente
DEPUTADO PEDRO UCZAI	presente

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO presente
 DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS
 DEPUTADO RENATO HINNIG
 DEPUTADO RENO CARAMORI
 DEPUTADO ROGERIO MENDONÇA presente
 DEPUTADO ROMILDO TITON
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES presente
 DEPUTADO SERAFIM VENZON presente
 DEPUTADO SILVIO DREVECK presente
 DEPUTADO VALMIR COMIN

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Temos apenas 18 deputados presentes e o mínimo necessário para deliberar é de 21 parlamentares presentes. Portanto, não há quórum para deliberação.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o deputado Silvio Dreveck, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria ainda de reforçar o registro, deputado Darci de Matos, da presença do sr. Vilmar Fagundes, secretário de Habitação de Rio Negrinho, que está acompanhado de outros colegas. Trata-se de um município cujo prefeito vem fazendo uma administração exemplar. Não é do nosso partido, mas é um grande aliado e o nosso partido faz parte do governo de Rio Negrinho, que é um bom exemplo para Santa Catarina.

Por outro lado, quero registrar que o município de São Bento do Sul completa amanhã, dia 23 de setembro, 136 anos de existência, ou seja, de fundação. São 136 anos de muito trabalho, de muito progresso, de um povo que construiu uma cidade progressista, com qualidade de vida para sua gente. A sua economia é pautada na indústria, no comércio e na prestação de serviços.

O município foi fundado por imigrantes europeus: alemães, austríacos, checos, poloneses, italianos, entre outros. Eles chegaram a São Bento do Sul vindos de São Francisco do Sul e de Joinville, atravessando a serra Dona Francisca, deputado Nilson Gonçalves, através de uma picada. Chegando lá, às margens do rio São Bento, iniciaram as atividades, principalmente a atividade agrícola. Posteriormente, lá aportaram outros imigrantes com outras profissões: carpinteiros, marceneiros, sapateiros, relojoeiros, mecânicos etc.

Hoje São Bento do Sul é referência por sua cultura, por suas tradições, sendo ainda muito preservada, muito cultivada, a música, a gastronomia, a arquitetura e a língua germânicas. Tanto é que ontem à noite houve uma homenagem, proposta pela vereadora Nilva Marli Larsen Holz, aos descendentes dos imigrantes germânicos, quando tivemos uma apresentação magnífica das tradições culturais, da orquestra, dos grupos folclóricos e da nossa querida Banda Prêmio, conduzida pelo maestro Pedro Machado Bittencourt, que executou o hino nacional da Alemanha com perfeição. Essa banda é formada por um grupo de músicos voluntários, que há mais de 95 anos mantém essa tradição.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. que acompanha a nossa região conhece a cultura, sabe que temos potencialidades, sabe que preservamos as tradições trazidas pelos imigrantes e sabe também que herdamos um bem maior daqueles pioneiros que é o espírito empreendedor, que transformou São Bento do Sul numa potência econômica de Santa

Catarina, do Brasil e até do mundo. São empresas, indústrias do ramo têxtil, do ramo metalúrgico, dos produtos de higiene e limpeza, do setor moveleiro, da malharia, do comércio.

Os imigrantes e seus descendentes, com seu espírito empreendedor, deram oportunidade a muitas famílias, a muitas pessoas de São Bento do Sul, do planalto norte de Santa Catarina, de outros estados, que lá trabalham em muitas atividades tanto na indústria como no comércio. Eles nos deram a oportunidade de constituir famílias pautadas no trabalho, no emprego e na renda. Fizeram uma cidade acolhedora, com um povo hospitaleiro, ordeiro, que deseja dias melhores para a sua cidade, através do trabalho, da dedicação, da honestidade e da seriedade.

Por isso, queremos, nesta Assembleia, no dia de hoje, render as nossas homenagens à administração pública municipal, através do nosso prefeito Magno Bollmann, através do vice-prefeito Flávio Ervino Schuhmacher, e através da Câmara de Vereadores, na pessoa do seu presidente, vereador Antônio Joaquim Tomazini Filho. Mas além do poder público quero parabenizar todos os empresários, todas as entidades de classe, todos os clubes de serviço e, em especial, você, cidadão são-bentense, de nascença ou não, você, trabalhador da fábrica, você, que trabalha no comércio, na indústria, no escritório ou na rua fazendo a limpeza, você, dona de casa, que se dedica aos afazeres da casa e também dá atenção aos filhos.

A vocês, são-bentenses, a homenagem deste deputado que representa essa região neste Parlamento. Que São Bento do Sul possa continuar trilhando o caminho do desenvolvimento, do progresso e que conquiste dias ainda melhores para cada são-bentense que a cada dia busca crescer através do trabalho.

Parabéns, São Bento do Sul, pelos 136 anos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero registrar a presença da professora Fabiola, da professora Denise, da professora secretária Cristina, de Agrolândia, e do prefeito José Constante.

A próxima oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Jailson Lima, e faço uma saudação muito especial ao prefeito José Constante, de Agrolândia, já mencionado por v.exa.

Srs. deputados, público que nos acompanha pela nossa TVAL, pela Rádio Alesc Digital e também quem nos dá a honra da presença nesta Casa, nunca se falou tanto em pré-sal como se está falando neste momento. Antes não queriam nem tocar no assunto, mas muito antes do governo do presidente Lula houve governos que queriam privatizar a nossa Petrobras.

Sr. presidente, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina abre espaço

para fazer um seminário para discutir o pré-sal, graças a esse grandioso governo do presidente Lula, que teve a coragem de manter a Petrobras como empresa estatal, a fim de que o petróleo do pré-sal continuasse do Brasil. Mas parece que existem pessoas que querem agora se apropriar dessa grande iniciativa do governo do presidente Lula.

(Passa a ler.)

"Também, sr. presidente, quero falar que Blumenau comemora, neste dia 22 de setembro, o Dia Municipal da Juventude, que será marcado pela distribuição de material sobre políticas públicas, na frente da catedral, bem como por um ato na Câmara de Vereadores em defesa da juventude, organizado por diversos mandatos petistas.

Não poderia deixar de mencionar a iniciativa do governo do presidente Lula na criação da Política Nacional da Juventude, que se traduz através da criação de programas sociais voltados aos jovens, tais como o Projovem; o ProUni, que oportuniza aos nossos jovens cursar uma universidade; o Pronaf Jovem; o Bolsa Atleta; o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego; o Projeto Soldado Cidadão; o Bolsa Família, que atende crianças e adolescentes de seis a 17 anos, entre outros.

Quero também enfatizar um dos programas federais, nosso orgulho, o Projovem, que visa ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional. Tem como meta sair dos atuais 467 mil jovens atendidos e atender a 4,2 milhões jovens até 2010. Vai funcionar nas modalidades Projovem, Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Prisional, pois não podemos esquecer que, infelizmente, dentro dos nossos presídios há uma maioria de jovens presos por porte ou consumo de drogas, que precisam ser recuperados e inseridos na sociedade novamente e, certamente, melhores do que entraram.

Outro destaque é o Bolsa Família, que atende 17 milhões de alunos da educação básica e beneficia 12 milhões de famílias de baixa renda, com transferência direta de recursos. O trabalho de monitoramento da frequência à escola aumentou 22% entre 2007 e 2009. Até o primeiro semestre deste ano, o ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o ministério da Educação já receberam informações de 84% das crianças e adolescentes, entre seis e 17 anos, atendidos pelo Bolsa Família. São 15,5 milhões de cadastros individualizados, num universo de 17,1 milhões de estudantes que participam desse programa.

Ademais, encontram-se em fase final de tramitação no Congresso Nacional duas importantes matérias que, se aprovadas, contribuirão decisivamente para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida de 50 milhões de brasileiros e brasileiras situados na faixa etária de 15 a 29 anos. A primeira delas é a PEC n. 0042/2008, que insere no capítulo dos Direitos e

Garantias Fundamentais da Constituição Federal a palavra "juventude". Dessa forma, reconhecerá essa parcela da população como segmento prioritário para a elaboração de políticas públicas, como já tem sido feito com idosos, crianças e adolescentes.

Sr. presidente, é assim que avançaremos no sentido de superar o binômio juventude/problema, pois hoje parece que toda juventude é problema. Chegaremos a um patamar em que a juventude será compreendida como um grupo de sujeitos detentores de direitos e que, certamente, representa o nosso futuro.

Paralelamente a isso, tramita também na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 4.530, que dispõe sobre o Plano Nacional da Juventude, que precisamos urgentemente aprovar. Esse plano determina que os estados, o distrito federal e os mais de cinco mil municípios da nossa federação deverão, com base nesse plano nacional, elaborar planos decenais correspondentes destinados a jovens de 15 a 29 anos.

Também em nível federal, as políticas públicas do ministério do Trabalho e Emprego para cumprimento da lei da aprendizagem profissional têm apresentado resultados positivos graças a Deus, deputado Círio Vandresen. O número de jovens aprendizes contratados desde janeiro deste ano foi da ordem de 151.604, superando os 130.789 contratados em 2008."

Porém, sr. presidente, deputado Jailson Lima, se de um lado o governo do presidente Lula faz todas essas políticas sociais para a nossa juventude, para a nossa criança, para o nosso adolescente, projetos pioneiros em nosso país - e graças a Deus um presidente pensou nessa parcela significativa da nossa população -, em Blumenau a situação é completamente outra, a situação dos adolescentes e dos jovens é diferente, inversa e preocupante.

Também quero aqui mencionar e dar os parabéns ao *Jornal de Santa Catarina*, que completa na data de hoje mais um ano de existência. Um jornal de muita circulação na cidade de Blumenau e no vale do Itajaí, que leva as notícias à nossa comunidade.

Ontem, no *Jornal de Santa Catarina* o assunto era onde estão as oportunidades para os jovens, eis que com tanto programa social, na cidade de Blumenau, deputado Círio Vandresen, em cada esquina, em cada parque há uma criança ou um adolescente se drogando. É lamentável, principalmente porque uma instituição que atendia crianças e adolescentes na cidade de Blumenau, a Promenor, que no começo do governo do Partido dos Trabalhadores, do prefeito Décio Lima, atendia 400 crianças e que ao final atendia 1.200, foi completamente extinta.

A Promenor tinha dois locais de atendimento, um no centro e outro no bairro mais carente da cidade e além de atender a criança, o adolescente, o adolescente aprendiz, também tratava a família, porque não adianta tratar a criança ou o adolescente e não pensar na família. Mas infelizmente a Promenor foi fechada.

Por isso, quero dar os parabéns ao *Jornal de Santa Catarina* quando festeja mais um aniversário, mas principalmente por abrir as

suas páginas e colocar as dificuldades da nossa cidade, dos nossos jovens e adolescentes que estão num caminho dramático, o caminho da drogadição.

Espero que a atual gestão da cidade de Blumenau, além de fazer propaganda, faça, sim, as políticas sociais para combater principalmente o crime organizado e a drogadição que está tomando conta do nosso município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Círio Vandresen. Na seqüência, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Obrigado, sr. presidente, gostaria de saudar as deputadas e os deputados desta Casa, os servidores, a sociedade catarinense que nos acompanha através da TVAL e da Rádio AleSC Digital.

Quero registrar aqui, presidente Jailson Lima, a presença do nosso grande amigo prefeito de Agrolândia que, com a sua equipe, visita este Parlamento. Desejamos que ele continue nesse desafio de fazer uma administração diferenciada no alto vale, na nossa querida Agrolândia.

Sr. presidente, assomo à tribuna para, na minha manifestação pessoal, discutir um assunto muito importante, que é a questão da sustentabilidade do desenvolvimento ou o chamado desenvolvimento sustentável.

Quero relatar uma experiência que ainda é embrionária, mesmo porque foi iniciada nos anos de 2001 e 2002, nas encostas da serra Geral, onde, através da Agreco - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral -, foi constituído o Fórum dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral, porque muitas vezes a infraestrutura, os serviços básicos necessários ao desenvolvimento das cidades e para o atendimento dos cidadãos e das cidadãs nem sempre são prioritários nos governos estaduais.

Portanto, a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, que engloba Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rancho Queimado, Angelina, São Bonifácio, Alfredo Wagner, Rio Fortuna, Braço do Norte, Grão Pará, São Ludgero, Orleans, Gravatal, Armazém, São Martinho e Águas Mornas, tem demonstrado, através da articulação entre as diferentes comissões de trabalho constituídas (Infraestrutura, Educação, Saúde, Agricultura e de Meio Ambiente), que é possível, através de ações ordenadas e articuladas, buscar um novo modelo de desenvolvimento, em que a ação humana, através do processo produtivo, seja menos impactante do ponto de vista entrópico, do ponto de vista do custo ambiental que todos causamos ao meio ambiente.

Por isso, deputado Décio Góes, de nada adiantaria, hoje, todos deixarmos os nossos veículos em casa e utilizarmos a bicicleta, se amanhã voltarmos ao mesmo modelo de desenvolvimento que continua gerando desordem, impacto e provocando degradação do meio ambiente, deputado Professor Grando.

E gostaria de sugerir que as SDRs, que nasceram com esse intuito, pudessem espelhar-se e buscar, através desse fórum dos pequenos municípios, algumas ações e

experiências propiciem o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento, no qual a agroecologia, o agroturismo e o consórcio gerem uma melhor qualidade de vida para a população.

Todos sabemos que antes da onda emancipacionista, ou seja, até 1988, Santa Rosa de Lima era o menor município do Brasil. E alguém perguntou para um professor de Santa Rosa de Lima o seguinte: "Santa Rosa de Lima fica perto da onde?" E ele respondeu que ficava longe de tudo por causa das dificuldades de acesso, devido à ausência de políticas públicas do poder público. E a partir dessa experiência, certamente Santa Rosa de Lima e esses municípios das encostas da serra Geral, nesses últimos anos, têm sido muito visitados, em virtude dessa bela experiência, principalmente do agroturismo e da agroecologia que vêm sendo desenvolvidos lá desde 1996.

Portanto, eu gostaria de chamar a atenção desta Casa, da secretaria de Educação e do governo do estado de Santa Catarina para o seguinte: já que nesses municípios procura-se estimular a produção de alimentos; já que se procura estimular um modelo de desenvolvimento econômico para a agricultura que gere menos impacto no meio ambiente, um modelo de agricultura em que se cuide bem da terra, dos recursos naturais, da água, da saúde de quem produz e, na outra ponta, da saúde de quem consome, por que não aproveitar essa experiência, essa produção e esses produtos no mercado institucional, em que o governo federal oferece os recursos para subsidiar as refeições na alimentação escolar, nos hospitais públicos, nos restaurantes universitários, nos restaurantes populares e, ao mesmo tempo, nas penitenciarías de Santa Catarina?

Seguramente, se pudermos apropriar-nos dessa experiência ocupando o mercado dos espaços institucionais, diminuiremos o êxodo rural e teremos uma política de afirmação para que o agricultor e a agricultora familiar possam prosperar e estancar o êxodo rural, dando qualidade de vida a essa população. E, ao mesmo tempo, que essa população, preservando o meio ambiente e os recursos naturais, ofereça a todos nós que moramos na cidade alimentos de melhor qualidade.

Por isso, quero enaltecer o trabalho dos prefeitos de Santa Rosa de Lima e de Rancho Queimado, que são defensores dessa causa, dessa articulação do fórum, das ações que o fórum produz nesse território. E, além disso, quero dizer que esta Casa, este parlamentar e, certamente, todos os srs. parlamentares e as sras. parlamentares estão abertos para colher novas sugestões, programas, projetos e ações que possam melhorar a qualidade de vida da população.

Ao terminar, quero registrar a minha presença, ontem, no município de Imbituba, onde, nos anos de 1994, 1995 e 1996, tive oportunidade de trabalhar. Visitei algumas emissoras de rádio, algumas lideranças, algumas organizações e algumas instituições, e pudemos perceber que o referido município continua com muitas expectativas desde a instalação da ZPE - Zona de Processamento de Exportação.

Quando foi instalada a ZPE em Imbituba, eu estava lá e o fato gerou uma grande expectativa, mas até hoje nada

aconteceu. Então, nós não podemos gerar decepções para a nossa população. Nós precisamos buscar ações e políticas que possam gerar empregos, constituir renda e gerar dignidade ao povo de nossas cidades e de nosso estado.

Por isso, parabéns àquelas lideranças que se contrapõem a esse modelo e a essas ações. E esperamos poder buscar alternativas para melhorar a qualidade de vida do povo de Imbituba.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck, do PP.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente!

Quero apenas registrar a minha ausência no dia de amanhã, por conta das comemorações dos 136 anos do município de São Bento do Sul.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o sr. deputado Professor Grandó, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, hoje falarei com o máximo prazer e importância, no nosso ponto de vista, sobre um projeto - e ontem foi o Dia da Árvore - da biodiversidade chamado Acorde Plantas Nativas. Olhem bem esse projeto! Mais uma vez Santa Catarina sai na frente!

Quando eu estava na Fatma, sempre estudei, lutei e mostrei o quanto era importante valorizarmos as nossas árvores nativas, não somente na questão ambiental, mas também na questão econômica.

Portanto, eu quero mostrar a toda Santa Catarina o *Almanaque da Biodiversidade* lançado pela secretaria de Planejamento do estado de Santa Catarina, cujo secretário é o nosso querido deputado Altair Guidi, que coloca "A incrível aventura de SuperNativo e sua turminha em defesa das plantas nativas de Santa Catarina". Ele se apresenta para todas as crianças de Santa Catarina da rede pública e diz:

(Passa a ler.)

"Olá, amiguinhos!

Meu nome é SuperNativo e a minha missão é proteger a natureza. Por isso, eu fiquei muito feliz quando soube que o Governo de Santa Catarina lançou um projeto que vai defender as plantas nativas catarinenses. Você sabia disso?

O nome do projeto é ACORDE Plantas Nativas.[...]"[sic]

Acorde significa Ação Conjunta de Revitalização e Desenvolvimento de planta nativas.

Então, este gibizinho apresenta como se deve lutar pela planta nativa. Nele os meninos falam: "Hoje a aula foi sobre o meio ambiente, uma aula muito bonita, com a professora explicando tudo". E aí um outro fala: "Eu fiquei com medo desse efeito estufa". Portanto, o efeito já começa lá na infância, na adolescência catarinense. Daí o outro menino explica: "Medo do aquecimento global?" - que é a causa do efeito estufa. "Mas podemos mudar isso". Quer dizer, esse aquecimento global pode ser

mudado. E aí ele fala: "É só jogar menos dióxido de carbono no ar e plantar árvores nativas". E o outro menino diz: "Então, vou começar a plantar hoje mesmo. O meu pai lá em casa tem um pé de cipreste". Daí outro garoto chama a atenção: "Olhem, o pé de cipreste é uma árvore, é importante, mas ela não é uma árvore nativa".

E o que é uma árvore que não é nativa? É a chamada árvore exótica, que pode ser boa para outro meio ambiente, em outra localidade, mas para o meio ambiente catarinense ela pode não ser uma boa árvore. Então, nós temos vários tipos de árvores.

Que árvores devemos plantar? Árvores nativas catarinenses da Mata Atlântica, enfim, árvores que eu sempre defendi, porque o meio ambiente vai além da questão da natureza, é uma questão econômica. Eu sempre defendi que se cultivarmos a bracatinga, ela será muito melhor do que o *pinus elliottii*, porque ela cresce em menos tempo, produz madeira, tem poder calorífico para servir nas caldeiras. Enfim, vários setores poderão progredir mais, com menos tempo. E ela é uma árvore que dá acima de 700m e é conhecida em toda Santa Catarina. No Paraná pode-se fazer o reflorestamento e nós aqui também podemos fazê-lo.

Além da bracatinga, nós podemos ter a araucária, a erva-mate, o palmito, o ipê. Enfim, há tantas e tantas árvores nativas, que nós podemos executar o nosso reflorestamento com elas.

Portanto, eu quero parabenizar o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, que sempre se preocupou com o meio ambiente. Aliás, há uma frase que ele sempre diz: "A descentralização faz bem para o meio ambiente, e com a participação de todos é que surgem as ideias".

Então, essa história em quadinhos fala sobre a importância de cultivarmos árvores nativas. E eu falo aqui também de Altair Guidi, que é um companheiro formado em Arquitetura no Paraná, que participou dos grandes debates junto com Oscar Niemeyer, o grande arquiteto ainda vivo. Altair cursou Arquitetura em Curitiba com Jaime Lerner, na faculdade onde se formaram grandes arquitetos.

E lá estava Altair Guidi discutindo com esses grandes arquitetos mundiais, como Oscar Niemeyer e Burle Marx. Inclusive, por incrível que pareça, deputada Ana Paula Lima, Burle Marx era sobrinho de Karl Marx e nós nem sabíamos disso.

Mas ele era uma pessoa que começou fazendo um jardim em Recife e plantando cactos, uma planta que era nativa daquela região. Ele usou árvores nativas que hoje no mundo são apreciadas e admiradas. E essa vegetação começou a fazer parte de muitos jardins, inclusive aqui no sul, dependendo do tipo.

Então, o nosso companheiro Altair Guidi, sendo parceiro dessas inteligências, com a sua sensibilidade, lançou na secretaria do Planejamento o ACORDE Plantas Nativas, valorizando as nossas árvores nativas. Nesse livreto, que será distribuído para todas as escolas em Santa Catarina, há uma parte com brincadeiras como: ligação de pontos, palavras cruzadas, espaços para colorir as figuras e outras brincadeiras citando os animais. Por quê? Porque fala da biodiversidade.

O que é biodiversidade? É a relação das nossas árvores nativas com os

animais originários da nossa fauna, e que estão presentes nela. Por exemplo, a araucária é fundamental e importante para a biodiversidade. Por quê? Quem come o pinhão é a gralha azul. Ela pega o pinhão e enterra-o em outro lugar para se alimentar depois. Todos os demais animais, desde o tatu, vão comer aquele pinhão e assim forma-se todo um ciclo ao redor daquela araucária, na época do pinhão. Então, há uma ligação entre a árvore, o fruto e os animais. Isso se chama biodiversidade.

Daí a importância de nas margens dos rios termos matas ciliares que os protejam. E o próprio nome já diz: ciliar, porque são os cílios dos rios. Os cílios protegem os olhos e a mata ciliar protege os rios. Imaginem se os nossos olhos não tivessem os cílios para protegê-los! Não teríamos a proteção da visão!

Então, a mata ciliar protege o rio, evita o assoreamento, evita que o rio seja, através do assoreamento, extinto. Daí a importância da preservação da mata ciliar. E além de evitar o assoreamento, é onde se encontra a biodiversidade. Ali acontece o convívio entre a mata e os pequenos animais, sendo verdadeiros corredores ecológicos.

Portanto, parabéns ao governo de Santa Catarina, parabéns à secretaria do Planejamento! Isso nos orgulha e para isso existe um governo que realiza e começa a transformação pela educação.

Eu quero aqui, mais uma vez, elogiar, porque talvez seja um dos melhores projetos para o futuro. Governar não é só estabelecer prioridades, governar pelo presente é muito mais, é pensar no futuro, planejar para o futuro.

Portanto, esse livro de história em quadinhos do projeto ACORDE Plantas Nativas, com certeza, além de proteger o meio ambiente, vai dar alternativas econômicas para Santa Catarina. E aí ocorrerá o sucesso. Todo e qualquer programa obterá sucesso ao evitar que o dióxido de carbono seja lançado na atmosfera. E citamos o Protocolo de Kyoto e o encontro que teremos em Copenhague, onde será reforçado o percentual dos países em desenvolvimento e desenvolvidos com relação à emissão de dióxido de carbono na natureza e onde haverá incentivo para o plantio de árvores, mas árvores compatíveis com o meio ambiente, árvores nativas.

Junto ao *Almanaque da Biodiversidade* vem o *folder* Nossas Árvores Têm Mais Vida, mostrando e explicando tudo sobre as nossas flores, as nossas bromélias, as nossas árvores que produzem belas flores, num processo educativo de transformação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 283, de 29 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Alterar a composição do Grupo de Trabalho Especial constituído pelo Ato nº 185, de 19 de maio de 2009, que deverá propor à Mesa Diretora estudos viabilizando a abertura de Concurso Público.

Nome do Servidor	Matr	Cargo
Arnaldo Ferreira dos Santos	6041	Coordenador de Planejamento e Avaliação de Pessoal
Cecilia Biesdorf Thiesen	0717	Consultor Legislativo II
Ptolomeu Bittencourt Junior	1020	Consultor Legislativo II
Gerson R. de Bandeira Pamplona	1458	Consultor Legislativo I
Carlos Alberto de Lima Souza	2186	Consultor Legislativo I
Heloisa Mara Lisboa Vieira	1290	Consultor Legislativo II
Samir Machado	2198	Analista Legislativo

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 284, de 29 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora CRISTIANY GEVAERD

ZOSCHKE, matrícula nº 1859, da função de Revisor Taquigráfico - Assessoria Técnica Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2009 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 285, de 29 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **DULCE MARIA DA COSTA**, matrícula nº 1914, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Taquigrafia das Comissoes, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidora SANDRA MARA COELHO, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 08 de setembro de 2009 (Coordenadoria de Taquigrafia das Comissoes).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 286, de 29 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **ROSANA BUNN ZACCHI**, matrícula nº 4251, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 15 de setembro de 2009 (Deputado Joares Ponticelli).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 065-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE autorização à Senhora Deputada Ana Paula Lima para ausentar-se do País, no período de 02 a 15 de outubro do corrente ano, para representar a Assembleia em viagem a Portugal e Espanha.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 23 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1703ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-presidente, Sergio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1703ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Na Ata da 1702ª Sessão Ordinária do dia dezesseis de setembro do ano de dois mil e nove, da relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, onde se lê "BDRE" leia-se "BRDE". 1) Processo em Regime de Vista: Consulta - Of. CL nº 402/2009 de 10/09/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato com a TIM Celular S/A - substituição de PABX, nas dependências da ALESC", relator Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovado por maioria parecer voto vista do Dr. José Buzzi. 2) Relatoria do Dr.

Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1781/09, de Valdir Machado dos Santos; Processo nº 1665/09, de Leogildo Agenor Lino e Consulta - Of. CL nº 428/2009 de 18/09/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Apostilamento Ata de Registro de Preço para aquisição de uniformes - Empresa Alice Ibagy Comércio e Representações Ltda.". 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1728/09, de Bernadete Albani Leiria; Ofício nº 138/2009 - Tribunal de Justiça de Santa Catarina - 2ª Câmara de Direito Público, Interessado: Luiz Eduardo Caminha "Apelação Cível nº 2008.019731-4, da Capital e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4252, em que é Requerente: Procurador-Geral da República - Partido Verde - Norma Impugnada: Dispositivo da Lei Estadual nº 14.675/2009, Requeridos: Governador do Estado de Santa Catarina e ALESC. 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1757/09, de Greici Souza; Processo nº 1766/09, de Adelaide Furtado Vieira e retirado de pauta pelo relator a CI nº 098/2009 de 17/08/09, Interessada: Coordenadora de Estágios Especiais "solicitação para nova publicação do livro 'Farrapos de Idéias'". Continuando, aprovado parecer por unanimidade ao Ofício nº 4932/2009 de 18/08/09, Interessado: Felipe Arthur Winter - Juiz do Trabalho da 3ª Vara - Joinville

"Proc. nº RT 05784/2007-028-12-00-7, Reclamante: Isabela Stein e Reclamado: Estado de SC". 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1779/09, de Jocimar de Souza Metzger; Processo nº 1747/09, de Luciane Fadel e Processo nº 1715/09, de João Roberto Pio. 6) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1780/09, de Mauren Barga. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1753/09, de Magda de Araújo Narciso; Processo nº 1754/09, de Rita de Cássia Viegas de Cerqueira Cintra e Consulta - Of. CL nº 413/2009 de 17/09/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do termo Aditivo ao Contrato nº 005/2005-00, acréscimos contratação de Jornalista e um Repórter Fotográfico". 8) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade a Consulta - Of. CL nº 427/2009 de 18/09/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "14º Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2005-00, celebrado com a Empresa DOBEL - Distribuidora de Diário Oficial de Brasília e Estados Ltda." e Consulta - Ofício nº 049/2009 de 25/02/09 da Secretária da Fazenda do estado de Santa Catarina, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "remuneração do Deputado Renato Hinnig". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia trinta (30) de setembro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 23 de setembro de 2009.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 13ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, realizada em 08 de setembro de 2009, às 18h00minh.

As 18h00minhoras do dia 08 de setembro do ano de 2009, na sala das Comissões nº 2, sob a Presidência do Deputado Pedro Uczai, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Deputado Antonio Aguiar, Deputado Lício Mauro da Silveira, Deputado Professor Grandó, Deputado. Logo após foi lida a ata da reunião anterior colocada em discussão, não havendo manifestação foi colocada em votação e aprovada por todos. Em seguida o presidente passou a palavra ao deputado Professor Grandó que relatou os seguintes ofícios: OF./0230.9/2009, e, OF./0274.0/2009, ambos com parecer pelo diligenciamento, que após discussão e votação foram aprovados por unanimidade, também relatou o ofício OF./0224.0./2009, cujo parecer favorável, foi aprovado por unanimidade, na continuidade relatou o PL./0175.1/2008, com parecer pela aprovação que também foi aprovado por unanimidade, a palavra foi passado ao Deputado Antonio Aguiar, que relatou o OF./0375.3/2008, com parecer favorável, que foi aprovado por todos os presentes. O presidente então passou a relatar o PL./0219.7/2009, ratificando o parecer do Deputado Dionei Walter da Silva, pela aprovação da matéria, o que foi aprovado por unanimidade. Também apresentou requerimento para debater o Ensino a distância, expôs sua visão, no que foi aparteadado pelo Deputado Professor Grandó, reforçando a compreensão, ao final foi aprovado o requerimento. Na sequência apresentou correspondência recebida da câmara de vereadores de canoinhas, e, não havendo mais matéria a relatar franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, então o Deputado Lício Mauro da Silveira levantou a situação do Centro Educacional São Lucas, à falta de estrutura para recuperar os jovens internos da entidade, e a necessidade de se ter um novo olhar para a entidade e o seu vínculo, que em sua opinião deveria estar ligada a secretaria de educação, e, não a secretaria de segurança pública, após debate, ficou estabelecido que se convidasse representantes da entidade para uma exposição da situação, em reunião desta comissão, decisão convalidada por todos. Não havendo nenhuma outra manifestação e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu aos Deputados pela presença, aos funcionários, e deu por encerrado os trabalhos desta reunião, da qual eu, Laédio Silva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 08 de setembro de 2009.

Deputado Pedro Uczai
Presidente da CECD

*** X X X ***

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e três de setembro de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: José Natal Pereira, Lício Mauro da Silveira, em

substituição ao deputado Silvio Dreveck, Elizeu Mattos, em substituição ao deputado Renato Hinning, Darci de Matos, Décio Góes, Manoel Mota e a Profª Odete de Jesus. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a Ata da 24ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente concedeu a palavra aos deputados por ordem de chegada e os mesmos alegaram pauta limpa. Com a palavra, a deputada Profª Odete de Jesus passou a relatar o OF./0300.6/2009, seu voto foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Décio Góes relatou a MPV/00156/2009, o voto vista foi pelo diligenciamento, em discussão, concordaram que seu relatório seria encaminhado ao líder do governo, deputado Elizeu Mattos e este providenciaria que as dúvidas fossem respondidas pelo Executivo e encaminharia oportunamente ao deputado solicitante. O Presidente anunciou a presença entre os presentes do prefeito do Município de Macieira, Senhor Emerson Zanella e agradecendo a presença de todos encorrou a presente reunião, da qual, eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em vinte e três de setembro de dois mil e nove.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2009

OBJETO: Confeccção de cartazes, cartilhas, marcadores de livros e folders para a campanha lançada pelo Ministério Público de Santa Catarina intitulada de "BULLYING, ISSO NÃO É BRINCADEIRA".

DATA: 09/10/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 09 de outubro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 29 de setembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º1905, de 18/09/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 033/2009 (Registro de Preços), referente à aquisição de produtos de jardinagem, espécies vegetais, insumos, arranjos de flores (buquês) para atender as demandas da ALESC, obteve o seguinte resultado:

Item Único -

Vencedora: ALPINIA PLANEJAMENTO EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 38.700,00

Florianópolis, 29 de setembro de 2009.

JUÇARA HELENA REBELATTO
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 125/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 017/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 020/2009.

OBJETO: aquisição de refrigeradores tipo frigobar Marca Eletrolux, todos novos e de primeiro uso - Item Único.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (24 de junho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º10.520/2002,

Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decretos n.ºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, alterados pelos Decretos n.ºs 3.693/2000, 3.784/2001, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial CL n.º 020/2009**.

1ª REGISTRADA: **SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA**.
Endereço: Rua Dr. Fúlvio Aducci n.º 1028, Estreito, Florianópolis/SC
CEP 88.075-001
Fone/fax (48) 3271-5060, 3271-5063 e 9100-9052
E-mail ricardo@santarita.com.br e vilmar@santarita.com.br CNPJ/MF sob o n.º 86.365.350/0001-77

2ª REGISTRADA: **NIEHUES COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
Florianópolis, 24 de setembro de 2009.
Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 126/2009

REFERENTE: Contrato CL n.º 024/2009-00
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Silitec Equipamentos Eletrônicos e Serviços LTDA-ME
OBJETO: Serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica do sistema de refrigeração central da ALESC, compreendendo o Plenário, Auditório, Foyer, Sala de Reunião das Comissões, Sala de Imprensa e Protocolo, incluindo a mão-de-obra, fornecimento e substituição de peças dos equipamentos e tratamento químico da água.
VALOR MENSAL: R\$ 8.998,00,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial n.º 019/2009; e Autorização para o Processo Licitatório n.º 034/2008.
Florianópolis, 22 de setembro de 2009.
Deputado Jorginho Mello - ALESC
Luiz Pedro Maciel- Sócio proprietário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 328/09

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva
Ofício n.º 50/2009 Garuva, 10 de setembro de 2009

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Att. Sra. **TULIA RIBEIRO**

Setor: Coordenação de Documentações

Prezada Senhora:
Através desta venho solicitar na certidão de Utilidade Pública Estadual, da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva - SC.
Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente.
Atenciosamente,

Vera Lucia de Farias Pabst
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/09/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 329/09

AMI - ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO DE IRMÃOS
Penha, 17 de agosto de 2009.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS - SC

Prezados Senhores,
Atendendo ao prescrito no artigo 3º, da Lei 14.539/2008, que dispõe sobre as exigências sobre o reconhecimento das associações ou entidade declaradas de Utilidade Pública Municipal, estamos enviando anexo a esta um relatório de nossas atividades no ano 2008, a declaração de cumprimento das exigências acima, o balancete contábil e a declaração de que não houve alterações estatutárias no ano de 2008.

Na certeza do cumprimento das exigências legais, aproveitamos para reivindicar qualquer tipo de ajuda financeira disponível nesta Egrégia Casa, pois não dispomos de recursos necessários para a realização de nossas obras, que deverá embelezar e enriquecer o nosso querido Estado de Santa Catarina.

Rogamos ao Senhor Deus que derrame sobre esta casa as suas incansáveis bênçãos, para que o trabalho flua com tranqüilidade em todos os seus dias.

Atenciosamente,

José Carlos Cugnier
Presidente da AMI
Afonso Emilio Meirinho
Secretário da AMI

Lido no Expediente
Sessão de 29/09/09

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1920, de 28 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei n.º 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n.ºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCIANO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Marcos Vieira).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1921, de 29 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **LUIZ ARGEMIRO DE QUADROS**, matrícula n.º 1151, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, na Diretoria Geral.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1922, de 29 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Deputada Ada de Luca **MARISTELA PACHECO ALVES**, Analista Técnico em Gestão Educacional servidora do Poder Executivo - Secretaria de Coordenação e Articulação, colocada à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato n.º 1622, de 09 de setembro de 2009, sob a égide do Termo de Convênio n.º 08088/2008.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1923, de 29 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo n.º 1835/09,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei n.º 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **MARIA SALETE VOSS ROSA**, matrícula n.º 0732, por 30 (trinta) dias, a contar de 02 de setembro de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1924, de 29 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo n.º 1836/09,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei n.º 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **PEDRO IDERALDO SAMPAIO**, matrícula n.º 0980, por 30 (trinta) dias, a contar de 09 de setembro de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1925, de 29 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n.º 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n.º 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde as servidoras abaixo relacionadas:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. n.º
5297	Jane Rose Sgrott	15	24/09/09	1838/09
2137	Emilce Dias Rocha Maria	10	17/09/09	1837/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 399/09

Declara de utilidade pública o Instituto de Pesquisa, Educação, Prevenção e Apoio às Vítimas de Acidentes de Trânsito, de Joinville.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Pesquisa, Educação, Prevenção e Apoio às Vítimas de Acidentes de Trânsito, com sede no município de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 29/09/09

JUSTIFICATIVA

O Instituto de Pesquisa, Educação, Prevenção e Apoio às Vítimas de Acidentes de Trânsito, com sede no município de Joinville, pretende ser reconhecido de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de caráter cultural e social, com o objetivo de desenvolver ações que sirvam aos interesses das vítimas de acidente de trânsito e à coletividade.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 400/09

"Torna sem efeito todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar punição a servidores públicos militares, do Estado de Santa Catarina, em razão de participação em movimentos reivindicatórios e ou de manifestações de pensamento."

Art. 1º Ficam sem efeito todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar qualquer espécie de punição a servidores públicos militares, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, do Estado de Santa Catarina, em razão da participação em movimentos de caráter reivindicatório e ou de manifestações de pensamento, ocorridos entre janeiro de 2007 e julho de 2009.

Parágrafo único. As anotações relativas às punições, tornadas sem efeito por esta lei, serão expungidas das fichas funcionais dos servidores públicos militares penalizados por participar de movimentos de caráter reivindicatório e ou por exercer o direito de livre manifestação do pensamento.

Art. 2º A autoridade que deixar de cumprir o disposto nesta Lei incorrerá em crime de responsabilidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2009.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente

Sessão de 29/09/09

JUSTIFICATIVA

A intransigência e falta de vontade política do Governo do Estado de Santa Catarina em reconhecer e conceder direitos consagrados na Lei Complementar nº 254, de 15 de dezembro de 2003, levou milhares de servidores públicos militares, a participar de movimentos reivindicatórios e a realizar indignadas manifestações de pensamento.

Diante da amplitude e da força dos movimentos reivindicatórios e diante da contundência de algumas manifestações de pensamento, o Governo do Estado, autoritária e arbitrariamente, adotou e continua adotando medidas que violam o Estado Democrático de Direito uma vez que tais ações não observam o disposto nos tratados e nas convenções internacionais, na Constituição Federal, na Constituição Estadual, assim como, no ordenamento infraconstitucional. Entre as ações governamentais contra os trabalhadores dos serviços de Segurança Pública sobressaem-se:

a) a repressão aos movimentos reivindicatórios e às manifestações de pensamento;

b) o cerceamento da liberdade de reunião e de associação, dos servidores públicos militares;

c) a sujeição de centenas de servidores públicos militares, à sindicâncias, inquéritos, processos e conselhos administrativos disciplinares;

e) a determinação de exclusão de servidores militares, dos quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, do Estado de Santa Catarina, mesmo quando as Sindicâncias, os Inquéritos, os Processos e os Conselhos Administrativos Disciplinares, apresentem relatório e conclusão pela absolvição e ou aplicação de outra penalidade administrativa, que não a exoneração.

Ante o exposto, evidenciada a violação dos Arts 13, 15 e 16, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos; sendo flagrante o descumprimento do disposto nas Convenções Nº 87 e Nº 98, da Organização Internacional do Trabalho; caracterizada a usurpação de direitos fundamentais assegurados nos Arts. 5º, 7º e 220, da Constituição Federal, bem como nos Arts. 4º e 31, da Constituição do Estado de Santa Catarina, submeto esta matéria à elevada consideração do Plenário, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2009.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 401/09**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1151**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhando a exposição de motivos da Secretaria de Estado Infraestrutura, o projeto de Lei que "Institui taxas por atos do Departamento de Transportes e Terminais - DETER".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres Senhores Deputados, amparado no artigo 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de Lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 25 de Setembro de 2009.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador Do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 29/09/09

EM nº 019/2009.

Florianópolis, 19 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado

Nesta

Senhor Governador,

Pela Presente, encaminhamos a Vossa Excelência anteprojeto de lei objetivando a instituição de taxas por atos do Departamento de Transportes e Terminais, relativamente à fiscalização do transporte coletivo intermunicipal de passageiros e a serviços prestados, em substituição à atual Tarifa de Administração, Controle, Planejamento e Modernização do Sistema - TA, pelas razões dantes expostas.

Desde a implantação da Empresa Catarinense de Transportes e Terminais - EMCATER S/A, em 1980, entidade que antecedeu esta autarquia até 1986 e que foram constituída com o fim específico de fiscalizar, gerenciar e controlar o transporte coletivo intermunicipal de passageiros e correspondente infraestrutura, o Governo do Estado investiu em valores atuais mais de R\$ 500.000.000,00 na construção de abrigos passageiros, construção e reformas de terminais rodoviários, terminais hidroviários, construção e reformas de balsas e outras embarcações, projetos, estudos e fiscalização, incluindo a conclusão das obras do Terminal Rita Maria, a operação e manutenção desse importante equipamento público e a manutenção de toda a estrutura administrativa e operacional das entidades.

PROJETO DE LEI Nº 401/09

Institui taxas por atos do Departamento de Transportes e Terminais - DETER.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídas as taxas por atos do Departamento de Transportes e Terminais - DETER, relativamente à fiscalização do transporte coletivo intermunicipal de passageiros e a serviços prestados, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Os valores serão recolhidos ao Departamento de Transportes e Terminais - DETER:

I - até o dia dez de cada mês, pela fiscalização dos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, prestados no mês anterior, conforme Tabela I do Anexo Único desta Lei; e

II - até a data do requerimento do serviço, conforme Tabela II do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. Aos pagamentos efetuados fora do prazo estabelecido no inciso I será acrescido multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor devido, juros e atualização monetária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Florianópolis,
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

TABELA I TAXAS POR ATOS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS - DETER		
FISCALIZAÇÃO		VALOR (em percentual sobre o valor da passagem)
1	Fiscalização do transporte coletivo intermunicipal de passageiros concedido, permitido ou autorizado, operados em regime público.	Serviço Rodoviário 6,00%
		Serviço Urbano 4,90%
		Serviço Hidroviário 4,90%
2	Fiscalização do transporte coletivo intermunicipal de passageiros autorizados, operados em regime de serviço privado, por quilômetro rodado ou navegado.	VALOR (R\$)
2.1	Viagem especial operada com ônibus.	0,27886
2.2	Viagem especial operada com micro-ônibus.	0,13943
2.3	Fretamento operado com ônibus.	0,23238
2.4	Fretamento operado com micro-ônibus.	0,11619
2.5	Fretamento de estudantes ou escolares, operado com ônibus ou micro-ônibus.	0,03873
2.6	Extensão operada com ônibus.	2,78856
2.7	Extensão operada com micro-ônibus.	1,39428
2.8	Viagem especial operada com embarcação com capacidade até 18 passageiros.	0,13943
2.9	Viagem especial operada com embarcação com capacidade até 36 passageiros.	0,27886
2.10	Viagem especial operada com embarcação com capacidade até 72 passageiros.	0,55771
2.11	Viagem especial operada com embarcação com capacidade superior a 72 passageiros.	0,83657
2.12	Fretamento operado com embarcação com capacidade até 18 passageiros.	0,11619
2.13	Fretamento operado com embarcação com capacidade até 36 passageiros.	0,23238
2.14	Fretamento operado com embarcação com capacidade até 72 passageiros.	0,46476
2.15	Fretamento operado com embarcação com capacidade superior a 72 passageiros.	0,69714
2.16	Fretamento de estudantes ou escolares, com qualquer tipo de embarcação.	0,03873

TABELA II TAXAS POR ATOS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS - DETER		
3	SERVIÇOS (PEDIDOS E REQUERIMENTOS)	VALOR (R\$)
3.1	Alteração da Razão Social	297,95
3.2	Implantação de nova linha	297,95
3.3	Registro de empresa	297,95
3.4	Renovação de registro	297,95
3.5	Transferência de linha por unidade	297,95
3.6	Realização de serviço extensão	148,97
3.7	Renovação de contrato de concessão	148,97

3.8	Renovação de licença de serviço extensão	148,97
3.9	Renovação de termo compromisso de permissão	148,97
3.10	Alteração de itinerário	74,49
3.11	Cancelamento de seção	74,49
3.12	Cancelamento de linha	74,49
3.13	Cancelamento de serviço complementar	74,49
3.14	Desmembramento de linha	74,49
3.15	Encurtamento de linha	74,49
3.16	Fusão de linhas	74,49
3.17	Implantação de seção	74,49
3.18	Implantação de serviço complementar	74,49
3.19	Cancelamento de serviço de fretamento	74,49
3.20	Alteração do tipo de registro	74,09
3.21	Reconsideração ao Conselho Administrativo	74,09
3.22	Licença para execução de serviço de fretamento	74,49
3.23	Renovação da licença para execução de serviço de fretamento	74,49
3.24	Prolongamento de linha	74,49
3.25	Protesto	74,49
3.26	Renovação de termo compromisso de autorização	74,49
3.27	Alteração de horários por linha	18,09
3.28	Ampliação de horários por linha	18,09
3.29	Cancelamento de horários por linha	18,09
3.30	Medição e classificação do piso de rodagem por linha	18,09
3.31	Classificação da linha quanto ao mercado (rodoviário/urbano)	18,09
3.32	Remedição e reclassificação do piso rodagem por linha	18,09
3.33	Reclassificação serviços quanto ao mercado por linha	18,09
3.34	Transporte sem objetivo comercial, exceto entidades públicas	18,09
3.35	Inclusão ou exclusão de veículo da frota e vistoria por unidade	18,09
3.36	Alterações nos serviços de fretamento e extensão	18,09
3.37	Outros pedidos	18,09
3.38	Parcelamento de dívida	4,21
3.39	Publicação de edital de consulta	4,21
3.40	Emissão de ordem de serviço	4,21
3.41	Certidão	2,13
3.42	Atestado	2,13
3.43	Declaração	2,13
3.44	Fotocópia	0,11

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 040/09
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 GABINETE DO GOVERNADOR
 MENSAGEM Nº 1105**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação, o projeto de lei complementar que "Altera o caput do art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 2009 que incorpora o abono concedido pela Lei Promulgada nº 13.135, de 2004, ao vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e institui o Complemento ao Piso nacional do magistério - CPNM, e adota outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 24 de setembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Governador do Estado

Lido no Expediente
 Sessão de 24/09/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Educação

Exposição de Motivos nº 085/2009 Florianópolis, 24 de agosto de 2009.

Senhor Governador,

Cumprimentando-o respeitosamente, submetemos à apreciação de Vossa Excelência Minuta de Medida Provisória que altera o art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 11 de agosto de 2009, que incorpora o abono previsto no art. 1º da Lei nº 13.135/2004 ao vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências.

A Lei Complementar nº 455/2009 foi sancionada a fim de contemplar o previsto na Lei Federal nº 11.738/2008, que regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial nacional do magistério. O valor atual do piso é de R\$ 1.020,00 (mil e vinte reais) como vencimento inicial (formação em nível médio na modalidade Normal) para os profissionais do magistério público da educação básica, e acordo com o § 2º do art. 3º da Lei 11.378, até 31 de dezembro de 2009 admite-se que, para atingir o valor do piso, sejam computadas as vantagens pecuniárias pagas a qualquer título.

Conforme o art. 4º da LC nº 455/2009, para os vencimentos que, mesmo com a incorporação do abono, não alcançarem o valor do piso salarial nacional, será efetuado, o pagamento do valor compensatório a título de Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, correspondente à diferença apurada entre o valor total da remuneração e o valor do Piso.

Ocorre que, ao se falar em valor total da remuneração, excluem-se da somatória os valores referentes ao Adicional Trienal, ao Adicional de Permanência e ao Auxílio Alimentação, pois constituem vantagens remuneratórias individuais do servidor e não devem ser considerados para efeitos de cálculo.

Tendo em vista os motivos expostos, e certos da compreensão de Vossa Excelência, aguardamos parecer favorável à proposta ora apresentada.

Respeitosamente,

Paulo Roberto Bauer

Secretário de Estado da Educação

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0040/2009

Altera o *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 2009, que incorpora o abono concedido pela Lei Promulgada nº 13.135, de 2004, ao vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e institui o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 11 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Fica instituído o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, a ser pago aos membros do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, correspondente à diferença apurada entre o valor total da remuneração e o valor do Piso Nacional do Magistério, criado pela Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, excetuando-se o valor do adicional por tempo de serviço, do auxílio alimentação e do adicional de permanência.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de agosto de 2009.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0018/09

Redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, e adota outras providências.

Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 2005, fica redefinido para R\$ 306,04 (trezentos e seis reais e quatro centavos).

Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no art. 1º,

ANEXO I

IMPACTO FINANCEIRO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE REDEFINE O VALOR REFERENCIAL DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO

Especificação	2009	2010	2011	Total
Pessoal e Encargos Sociais	1.752.712,35	4.673.887,92	4.673.887,92	11.100.488,19
Ativos	1.249.968,35	3.333.240,60	3.333.240,60	7.916.449,55
Inativos	452.744,00	1.207.314,32	1.207.314,32	2.867.372,64
Comissionados	50.000,00	133.333,00	133.333,00	316.666,00

*** X X X ***

caput, da Resolução nº 006, de 21 de fevereiro de 2006, os efeitos da presente Resolução não se aplicam aos cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, Assessor de Liderança, código PL/GAL e Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM, pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar do Quadro de Pessoal de provimento em comissão, cujo valor referencial de vencimento é fixado em R\$ 296,55 (duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembléa Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2009.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 005, de 10 de junho de 2009.

Sala da Comissão,

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 29/09/09

JUSTIFICATIVA

A proposição trata da redefinição do valor referencial de vencimento dos servidores do Poder legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 2005.

Tal redefinição decorre da necessidade de proceder, mesmo que em parte, a revisão geral anual prevista no inciso X do art. 37 da Carta da República combinada com o § 4º do art. 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

Entretanto, em conformidade com o disposto no art. 1º, *caput*, da Resolução nº 006, de 21 de fevereiro de 2006, fica definido em R\$ 296,55 o valor referencial para os cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, Assessor de Liderança, código PL/GAL e Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM, pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar do Quadro de Pessoal de provimento em comissão.

A iniciativa processual legislativa está fundamentada no princípio constitucional da simetria entre os entes federados, especificamente no que diz respeito à expressa exceção, contida no art. 48, *caput*, da Constituição Federal, que autoriza as casas legislativas do Congresso Nacional a disporem sobre a matéria por atos legislativos próprios não sujeitos à sanção governamental. Esse entendimento, inclusive, já foi objeto de manifestação formal por parte do Supremo Tribunal Federal - STF, quando do julgamento da ADI nº 1782/DF.

A proposição, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n. 101, de 2000, está instruída com os seguintes documentos, ora anexados: (I) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e (II) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Ofício nº 113/2009

Florianópolis, 28 de setembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor

Dep. Jorginho Mello

Presidente da ALESC

Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção, ao Projeto de Resolução que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, e adota outras providências, conforme o Anexo I, que demonstra a estimativa do impacto orçamentário financeiro no atual exercício e nos dois subsequentes, e a tabela anexa que demonstra o respeito aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, assim, declaramos que o aumento em tela tem adequação orçamentária, financeira e compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual e com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Atenciosamente,

Cesar Luiz Belloni Faria

Consultor Legislativo II